Góis
município

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 3/2022 – Sessão Ordinária de vinte e nove de abril de 2022

--------Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, no auditório da Casa da Cultura de Góis, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal do Município de Góis. ----------

--------Pelas dezoito horas a senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz, Primeira Secretária da Assembleia Municipal, informou que continuando, infelizmente, o senhor Manuel Enéscio de Almeida Gama, Presidente da Assembleia Municipal, de baixa médica seria a própria a presidir à presente sessão. De seguida, solicitou à senhora Segunda Secretária que ocupasse o seu lugar na Mesa, tendo dirigido convite aos membros da bancada do PSD para que um destes ocupasse o lugar, nesta sessão, de Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal.----------

---------O senhor Nuno Miguel Almeida Alves, líder da bancada do PSD, agradeceu o convite dirigido aos membros da sua bancada, solicitando que numa próxima sessão seja a sua pessoa informada do dia e hora da sessão, no sentido de serem tomados, atempadamente, os procedimentos relativamente a quem da sua bancada integrará a Mesa. Referiu que, na presente sessão, integrará a Mesa o senhor João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta.----------

---------A senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz, declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão, tendo dado a palavra à senhora Aida de Jesus Garcia Martins Baeta que procedeu à chamada: ---------

--------**Presidente Assembleia**: Manuel Enéscio de Almeida Gama (Partido Social Democrata) ----------

--------**Primeira Secretária**: Maria Helena Antunes Barata Moniz (GCE "Independentes por Góis");------

--------**Segunda Secretária**: Aida de Jesus Garcia Martins Baeta (Partido Socialista);----------

--------**Partido Social Democrata:** ----------

--------Nuno Miguel Almeida Alves; ----------

--------Filomena Maria de Matos Geraldes;----------

--------José Ricardo Rosa de Carvalho;----------

--------Luís Virgílio de Abreu Afonso;----------

--------Dulce Maria Filipe Cruz;----------

--------João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta.----------

-------**Grupo de Cidadãos Eleitores "Independentes por Góis":** ----------

--------José Carlos Rodrigues Garcia;----------

--------Amílcar José Barata Aleixo; ----------

-------Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões;----------

--------Elisabete Cristina Carneiro de Ascenção.---------- --

--------Partido Socialista: ----------

--------Ricardo José Duarte Ventura;----------

--------Nuno Pedro Tavares Nascimento.----------

--------Presidentes das Juntas de Freguesia: ----------

--------Alvares - Victor Manuel Fonseca Duarte (GCE "Independentes por Góis"); ----------

--------Góis – Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira (Partido Social Democrata); ----------

---------União de Freguesias do Cadafaz e do Colmeal - Carlos da Conceição Jesus (GCE "Independentes por Góis"); ----------

-------Vila Nova do Ceira – António Alberto Figueiredo Machado (Partido Social Democrata). ----------

---------FALTAS:----------

--------Dos dezanove membros que compõem a Assembleia Municipal verificou-se a falta dos seguintes membros: ----------

--------Manuel Enéscio de Almeida Gama (Partido Social Democrata); ----------

--------Amílcar Barata Aleixo (Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis);----------

--------A senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz informou que a Mesa considerava justificadas as suas faltas, nos termos legais.----------

---------SUBSTITUIÇÕES: ----------

---------Foi substituído o seguinte membro: ----------

---------Manuel Enéscio de Almeida Gama foi substituído por Adriana Flávia Amaro Martins Sanches.---

--------Amílcar Barata Aleixo foi substituído por Antonino dos Prazeres Antunes.----------

--------Câmara Municipal: ----------

-------Registaram-se, pela Câmara Municipal, as seguintes presenças: ----------

-------Presidente da Câmara: António Rui de Sousa Godinho Sampaio.----------

-------Vereadores:----------

--------Nuno Miguel Martins Bandeira; ----------

--------José Alberto Domingos Rodrigues;----------

-------Graciano Antunes Rodrigues;----------

-------Bárbara Patrícia Correia Serra.----------

---------Havendo "*quórum*", foi pelo membro João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta efetuada a leitura da Ordem do Dia, a saber:----------

---------ANTES DA ORDEM DO DIA:----------

--------1. Aprovação da Ata Nº 2/2022----------

--------2. Informação sobre o expediente da Assembleia Municipal----------

--------3. Apreciação de Assuntos de Interesse para o Município----------

---------ORDEM DO DIA:----------

--------1. Lei N.º 50/2018, de 16 De Agosto - Lei Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Para as Entidades Intermunicipais | Decreto-Lei N.º 21/2019 que Concretiza o Quadro de Transferência de Competências para os Órgãos Municipais e para as Entidades Intermunicipais no Domínio da Educação/Contrato de Delegação de Competências do Município de Góis no Agrupamento de Escolas de Góis/Ratificação----------

--------2. Município de Góis/Protocolo de Cooperação no Ordenamento e Gestão Cinegética----------

--------3. Prestação de Contas/Ano 2021**----------**

--------4. Relatório e Parecer do Órgão de Fiscalização e Certificação Legal de Contas/Ano 2021----------

--------5. Relatório da Atividade Económica e Financeira da Câmara Municipal----------

--------PÚBLICO----------

--------ANTES DA ORDEM DO DIA:----------

---------1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 2/2022----------

---------Uma vez que todos os membros da Assembleia se encontravam na posse do exemplar fotocopiado da ata em epígrafe, previamente enviado para análise, foi dispensada a sua leitura, sendo de imediato submetida à apreciação.----------

---------A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata nº2/2022.----------

---------Em conformidade com o nº3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, o membro Antonino dos Prazeres Antunes, não participou na votação por não ter estado presente na sessão a que a mesma respeita.----------

--------A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.----------

---------3. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL----------

---------A senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz deu conhecimento do expediente rececionado, nomeadamente os e-mails remetidos pela ANAM, com notas técnicas sobre assuntos de relevado interesse para este órgão autárquico, os quais foram encaminhados aos senhores Líderes de bancada. Ainda sobre as comunicações da ANAM deu conhecimento que foi remetida informação sobre o Regulamento de atribuição de prémios pela Associação Nacional das Assembleias Municipais, tendo este sido encaminhado à Direção do Agrupamento de Escolas de Góis pelo facto de lhe parecer interessante os alunos poderem concorrer à categoria de trabalhos de âmbito escolar, destinando-se à participação de alunos na elaboração de trabalhos que constituam um contributo para a promoção da cidadania e participação democrática na comunidade escolar. ----------

---------A Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças lança o repto de assinalar abril como o mês de prevenção dos Maus Tratos na Infância a todas as CPCJ's e a CPCJ de Góis aceitou sempre o repto promovendo atividades que pretendem sensibilizar a comunidade sobre a Prevenção dos Maus Tratos na Infância, porque se é preciso toda uma aldeia para educar uma criança, também compete a todos nós proteger as crianças. Neste sentido, a CPCJ de Góis levou a efeito um conjunto de atividades, com todas as entidades parceiras, tendo para o efeito elencado as mesmas, as quais tiveram a participação de um número considerável de participantes, culminando as ações no mês de maio com a distribuição de postais pela nossa comunidade no sentido de ser uma campanha preventiva da temática em questão. Assim, iniciou-se o mês de abril com a graciosa colaboração do Município de Góis, na iluminação azul dos paços do concelho e na igreja do Castelo, bem como a afixação de um laço azul na varanda virada para a Praça da República. Continuou-se com o desafio à elaboração de mensagens ou desenhos alusivos à prevenção dos maus tratos na infância. Cada turma/sala elaborou um desenho e/ou mensagem, que foi posteriormente impressa em formato de postal os quais irão ser remetidos, durante o mês de maio, pelos CTT aos domicílios do concelho. Ainda envolvendo os estabelecimentos de ensino, propôs-se que, ao longo do mês de abril, se divulgasse e dinamizasse a recolha de brinquedos, em bom estado, mas que já fossem usados. Esses foram entregues nos estabelecimentos de ensino e trocados por um "Cheque-Brinquedo", que poderia ser trocado por um dos brinquedos doados, no dia 30 de abril, na Casa da Cultura de Góis. A esta iniciativa, associaram-se os vários estabelecimentos de ensino, Escoteiros de Góis e a Câmara Municipal de Góis. No dia 23 de abril, foi implementada a atividade "À Procura de Um Sorriso", na qual

se promoveu um Peddy Paper, também em parceria com o grupo de Escoteiros de Góis, Câmara Municipal de Góis e Agrupamento de Escolas de Góis. As atividades iniciaram-se da parte da manhã, consistindo em vários pontos de paragem, espalhados pela Vila de Góis, onde se trataram questões dos direitos da criança e de prevenção dos maus tratos na infância. Em alguns pontos os participantes tiveram a oportunidade de experimentar várias atividades como tiro ao alvo, canoagem e tirolesa, orientadas pelos Escoteiros de Góis e pela TransSerrano. No dia 30 de abril realizou-se na Casa da Cultura de Góis, um teatro alusivo aos direitos da criança e à prevenção dos maus tratos na infância. No decorrer do mês foram também realizadas três operações STOP, com o objetivo de distribuir uma fita azul e um flyer, contando a origem desta campanha a nível internacional, solicitando a todos os envolvidos, ajuda na prevenção para que juntos possamos evitar as situações de mau trato.----------Mais informou do ofício remetido pela Assembleia Municipal de Arganil o qual apresenta cumprimentos e votos de boa recuperação ao Dr. Manuel Enéscio de Almeida Gama, Presidente da Assembleia Municipal, tendo dado conhecimento do seu teor, o qual foi remetido aos seus familiares, tendo sido remetida missiva de agradecimento ao referido órgão deliberativo.----------No âmbito da Revisão ao PDM de Góis informou da sua presença, online, na 1ª reunião plenária da Comissão Consultiva, realizada no passado dia 15 de março**,** na qual estiveram também presentes as entidades ligadas a todo este processo, tendo estas feito referência aos pareceres solicitados no âmbito da revisão ao PDM. Referiu que maioritariamente os pareceres foram favoráveis, contudo, parte destes, condicionados relativamente a questões por eles elencadas, sendo estes passíveis de correção. Mais referiu que a Ata do assunto em questão foi também remetida, tendo o documento sido disponível à Assembleia Municipal. Em relação à sua intervenção referiu ter salientado que a Assembleia Municipal e a sua pessoa, como representante deste órgão, não tem competência técnica na área, porém, agradeceu os contributos emitidos pelos técnicos presentes na reunião, desejando que este documento fosse útil e não redutor, devendo este potenciar o desenvolvimento do concelho e o bem-estar da população Goiense. Referiu ainda, ter afirmado que não se deveria pensar tanto nestes últimos 20 anos e mais no futuro, intervenção que consta em Ata, com uma pequena diferença "não se pensar tanto no passado". Referiu ter feito esta afirmação pelo facto de a Técnica da CCDRC ter argumentado, mais do que uma vez, não haver necessidade de manter a classificação de solo urbano, em alguns locais, sendo estes em Góis, dentro da Vila, Alvares, Cabreira, e também em Vila Nova do Ceira, não fazendo sentido manter essa classificação do solo urbano, nesse locais, dado que

nestes 20 anos de vigência do atual PDM não foram ocupados e/ou urbanizados, concluindo a Técnica que nos próximos 20 anos também não o irão ser. Foi neste sentido que a sua pessoa chamou atenção por lhe parecer que tudo o que é reduzir diminui a expansão urbana do nosso concelho. ----------

--------Terminou, dando conhecimento dos convites dirigidos à Assembleia Municipal pelas entidades concelhias, nomeadamente Feira do Livro de Góis, Comemorações do 25 de abril, Almoço o Varzeense, Cantares de abril e apresentação do CD da FILVAR, tendo estado presente, na qualidade de representante da Assembleia Municipal de Góis, nos que já se realizaram, e, naturalmente nos que se irão realizar.----------

---------A Assembleia Municipal tomou conhecimento.----------

--------4. APRECIAÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO----------

--------A senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz deu a palavra aos membros do órgão deliberativo, informando que o senhor Presidente da Câmara Municipal usará da palavra sempre que forem dirigidas questões ao exercício da Câmara Municipal.----------

-------O senhor João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta felicitou os novos órgãos sociais da Associação de Juventude de Góis e do Grupo de Jovens Alvarenses fazendo votos para que exerçam um bom mandato. Fez alusão à reparação do piso, em madeira, da ponte pedonal do Linteiro, contribuindo o arranjo para que muitos peões a utilizem, com segurança, nas suas caminhadas. Sendo o turismo uma área bastante importante para o concelho, e aproximando-se a época balnear questionou sobre os trabalhos que se encontram a ser efetuados nas zonas balneares e Praias Fluviais concelhias.----------

--------O senhor Antonino dos Prazeres Antunes referiu que junto à zona industrial de Cortes existe um aglomerado de detritos o que em nada é agradável, propondo que os camiões que se encontram a carregar terra nesta zona possam vir a colocar ali também terra de forma a tapar os mesmos. Sobre algumas estradas na freguesia de Alvares apontou a urgência na reparação do piso na via que serve o Amioso do Senhor a qual se encontra quase intransitável, bem como a conclusão dos trabalhos na circular externa de Cortes, solicitando que estas duas situações sejam resolvidas.----------

--------O senhor Luís Virgílio de Abreu Afonso, em nome da bancada do PSD, parabenizou o jovem goiense Gonçalo Gaspar pelo excelente lugar obtido na prova BTT na etapa de Lorvão, Penacova, da Taça de Portugal de Enduro e também na 3.ª etapa da Taça de Portugal de Enduro BTT ocorrida nos

dias 23 e 24 de abril, em Celorico da Beira. Congratulou o Góis Moto Clube pelo 17º Enduro e o 2º Mini Enduro. Congratulou também o Município de Góis pela comemoração do Dia Mundial da Atividade Física, numa parceria com as IPSS's do concelho, promovendo com esta iniciativa a saúde e o bem-estar da terceira idade. Fez ainda alusão à realização da prova Rota Aldeias do Xisto, promovida pela NGPS, no dia 16 de abril, contanto esta iniciativa com cerca de 350 participantes, que desfrutaram das nossas paisagens ao longo dos 70 km de percurso no nosso concelho. Felicitou os alunos do Agrupamento de Escolas de Góis, Leonor Alvarinhas, Mafalda de Sá Reis, Ana Filipe Mourão que participaram no Parlamento dos Jovens, no Convento de S. Francisco, em Coimbra felicitações extensivas aos alunos Bianca Martins, Bruno Barata, Lourenço Barata, Ana Pinto, Fátima Nunes, Mariana Ferreira, Francisco Ferreira, Gonçalo Santos e Sofia Lopes, que participaram 15º Concurso Nacional de Leitura. ----------

---------A senhora Aida de Jesus Garcia Martins Baeta referiu ser do conhecimento geral a crise financeira pela qual atravessa o jornal "O Varzeense", sendo que se não nos solidarizarmos com o único órgão de comunicação social do concelho poderá correr o risco de, num futuro próximo, vir a encerrar as suas portas. Neste sentido, referiu que foi promovido um almoço, na sede dos Amigos da Várzea Pequena, por forma a angariar fundos, ao qual se solidarizaram cerca de 120 pessoas, tendo a Câmara Municipal, em sede do Executivo, contribuído com um subsídio, e a Freguesia de Vila Nova do Ceira aberto as suas portas para que os serviços funcionem num espaço cedido gratuitamente, pelo que a tendo em conta que a união faz a força, todos juntos conseguimos dar um contributo para que "O Varzeense" possa continuar o seu papel de divulgação das gentes e da nossa terra.----------

----------O senhor Carlos da Conceição Jesus iniciou a sua intervenção agradecendo todas as chamadas e sms remetidas à sua pessoa na sequência do momento menos bom pelo qual passou em termos de saúde. É um facto que é do nosso conhecimento o porquê de ser a senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz, Primeira Secretária da Assembleia Municipal, estar a conduzir os trabalhos desta sessão, situação que se deve ao facto do estado de saúde do senhor Manuel Enéscio de Almeida Gama, Presidente da Assembleia Municipal, desejando que brevemente retome a sua vida ativa. Pelo que em conformidade com a legislação a senhora Primeira Secretária encontra-se em regime de substituição do senhor Presidente da Assembleia Municipal felicitando a sua atuação na condução dos trabalhos, esperando que assim o seja sempre até à vinda do senhor Presidente da Assembleia Municipal.--------

--------Em relação à designação da denominação de "deputado" referiu que a lei é omissa, todavia

entende que a deve usar no sentido de quando se dirige a algum membro deste órgão pelo seu nome próprio poderá subentender-se que o está a fazer pessoalmente e não politicamente, realçando que no uso da palavra apenas o faz politicamente. Ainda sobre a designação de "deputado" fez menção à posição de dois autores nesta matéria, sendo que também na sua ótica deve ser usada a palavra deputado sempre que se dirigir a algum membro desta Assembleia Municipal, denominação utilizada em Assembleias Municipais do nosso país, pelo que o irá fazer sempre que se dirigir neste órgão aos membros das respetivas bancadas. ----------

--------Referiu que na última sessão deste órgão foram abordados assuntos da União das Freguesias de Cadafaz e do Colmeal, achando curioso tal facto, uma vez que na segunda sessão do órgão deliberativo informou que os assuntos da Freguesia que preside são tratados pelo seu Executivo diretamente com a Câmara Municipal, ao invés de os tratar durante o uso da palavra em sessão da Assembleia Municipal. Porém, referiu que foi com alguma surpresa que parte das suas preocupações, apresentadas à Câmara Municipal, há alguns meses, terem sido também apresentadas por uma bancada deste órgão. Mais referiu que faz questão de falar novamente sobre este assunto pelo facto de, no dia 12.04.22, ter sido abordado por um membro desta Assembleia Municipal, questionando se estaria incomodado pela apresentação de questões relativas ao território da União das Freguesias tendo a sua pessoa dado como resposta que não era dono da Freguesia, e também não era nenhum ditador, tendo as pessoas total liberdade e direito de apresentar problemas e soluções. Reiterou as suas palavras do que mencionou em sede do órgão deliberativo, ou seja, é que achou uma certa curiosidade, referindo que quando se apresenta algumas situações temos que ter alternativa para as mesmas. Referiu que exemplo disso foi quando se falou, na última sessão da Assembleia Municipal, do Parque Infantil do Ventoso e que esse equipamento poderia ser deslocalizado para o Colmeal. Ao deslocalizar o equipamento para o Colmeal provavelmente só teria lugar no Largo Maria José A. Caetano ou no Adro da Igreja. Ainda sobre o Parque Infantil referiu que no Colmeal existe apenas uma criança, cujo os seus interesses serão outros, sendo que a atual localização do mesmo, no Ventoso, é a mais indicada, porquanto existem três crianças residentes em Carvalhal e duas na Quinta das Águias, sendo que o equipamento a ser deslocalizado para o Colmeal estas cinco crianças teriam que se deslocalizar da sua área de residência para usufruírem deste. É um facto que sabe onde é que há crianças e jovens a residirem na sua freguesia, salientando que a União das Freguesias apoia monetariamente todas as faixas etárias, fazendo referência ao montante já atribuído pelo atual Executivo da Freguesia no valor

de 2.800,00€. Ainda sobre o Parque Infantil do Ventoso, referiu que está implementado num terreno propriedade da União das Freguesias, não abdicando a autarquia deste espaço, intervindo neste ao nível da limpeza e também na sua envolvente, salientando que a manutenção do equipamento existente não é da competência da Freguesia que preside pelo que qualquer responsabilidade nesta matéria não deverá ser imputada à União das Freguesias. Porém, se a Câmara Municipal entender que por uma questão de agilidade de processos nesta matéria poderá ser celebrado um protocolo porquanto é sua posição colaborar para que haja desenvolvimento do território e não a colocação de obstáculos no seu progresso. ----------

--------Continuou referindo que acompanhando o que se passa em concelhos limítrofes apraz-lhe mencionar que em Góis as Freguesias são o parente pobre da Câmara Municipal, facto que fica muito aquém das cooperações existentes em outros concelhos. Referiu ser posição da União de Freguesias a celebração do contrato de transferência de competências do Município de Góis para a União das Freguesias de Cadafaz e do Colmeal, porquanto ficamos mais capacitados para fazer mais e melhor.---

---------Terminou, fazendo referência ao diálogo tido com o membro desta Assembleia Municipal tendo este concluído a conversa afirmando que "*vocês são demasiados políticos por isso é que isto não anda para a frente*", pelo que lhe apraz dizer que nós, Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, somos mais políticos do que quem está ligado a uma sigla partidária não sabe o que isso significará, contudo, tratam-se de posições de cada um.----------

---------O senhor José Ricardo Rosa de Carvalho deu conhecimento, como membro substituto da bancada do PSD, da sua presença na Assembleia Intermunicipal da CIM RC, realizada no dia 21.04.22, acompanhado pelo Ricardo Ventura, líder da bancada do PS. Mencionou a sua satisfação aquando da abordagem ao funcionamento SIT-Flexi – Transporte Flexível a Pedido, projeto em que o Município de Góis foi pioneiro, tendo sido solicitado aos presentes um forcing na divulgação deste projeto pela sua importância e pelas vantagens que lhe estão associadas, nomeadamente no que concerne ao preçário associado. Referiu ter-se percebido a preocupação de todos, relativo ao quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. Mais referiu que foi também abordado a possibilidade de o metro bus poder vir a contemplar um percurso Góis-Arganil pelo que solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal para estar atento ao desenvolvimento deste projeto de estudo. Ainda nesta reunião foi apresentada a carta de perigosidade sobre os riscos de incêndio a nível nacional e os constrangimentos, que a mesma terá, principalmente,

durante os dias mais quentes. Prevê-se, se a mesma carta não for alvo de alterações, bastantes complicações nos dias de maior intensidade de calor para todos os profissionais da floresta, bem como para os agentes turísticos que a utilizam para as suas mais variadas atividades. Até uma simples caminhada poderá estar em causa.----------

----------Sobre a Av. Padre António Dinis, via intervencionada, em parte do troço, no anterior Mandato, assunto amplamente objeto de intervenções no anterior Mandato e, também no presente, finalmente, encontra-se resolvida a questão da repavimentação do piso objeto de intervenção. Ainda nesta matéria, referiu que deve ser resolvida a questão dos passeios existentes nesta avenida de forma a que os peões possam circular em segurança na mesma. Ainda sobre trabalhos em curso referiu que se reiniciaram os do Açude de Santo António, pelo que questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal qual o prazo de execução da referida empreitada.----------

---------Terminou, dirigindo felicitações ao Clube Rota da Jeropiga, aos seus colaboradores e parceiros, pela excelente organização do 13° Passeio TT Rota da Jeropiga, tendo participado nesta iniciativa mencionando a sua satisfação pelo percurso escolhido porquanto é de excelência para este tipo de evento desportivo. ----------

---------O senhor Presidente da Câmara sobre algumas questões apresentadas referiu que no que respeita à preparação da época balnear os trabalhos encontram-se agendados para que sejam tomados os necessários procedimentos para que no início do mês de junho as zonas balneares e Praias Fluviais reúnam as condições para poderem ser utilizadas. Informou que foi presente ao Executivo a manifestação de interesse, de uma empresa de Góis, em fazer a exploração do bar existente na Praia Fluvial da Peneda, tendo sido lançado o procedimento para a cessão de exploração do bar da Praia das Canaveias. ----------

---------Relativamente à reposição de terras na zona industrial de Cortes informou que foi a pedido da empresa que se encontra a realizar os trabalhos na estrada, sendo que quanto à questão do aglomerado de detritos informou que os serviços municipais procederam, por três vezes, à remoção dos resíduos ali existentes, sendo que a deposição de terras para cobrir estes poderá não ser possível por questões ambientais. Em relação à estrada de Amioso Cimeiro informou comungar da preocupação apresentada pelo senhor Antonino dos Prazeres Antunes, assunto abordado em ambos os órgãos, pelo que é intenção da Câmara Municipal, no mais curto espaço de tempo, proceder às intervenções necessárias por reconhecer a necessidade. Quanto à circular externa de Cortes informou

tratar-se de um assunto na ordem do dia, o qual tem apenso questões relativas com proprietários de alguns terrenos, não tendo presentemente informação suficiente sobre a resolução desta questão, pelo que oportunamente será também esta via intervencionada. ----------

---------Relativamente à transferência de competências do Município de Góis para as Freguesias referiu que a legislação é clara nesta matéria, pelo que será um assunto que deve ser falado com as respetivas Freguesias para que, posteriormente, se tomem os devidos procedimentos de transferência de competências. ----------

--------Relativamente à questão sobre o Metro Bus, nomeadamente do prolongamento do traçado inicialmente previsto, informou tratar-se de um assunto que está a ser tratado pela CIM RC, tendo os Municípios de Arganil e Góis sido convidados a delinear um percurso nos seus concelhos, trabalho esse que se encontra feito, estando uma empresa a efetuar os percursos de forma a que se possa apresentar à administração central o que se pretende. Referiu tratar-se de um processo que está a ser desenvolvido pelo que se pretende que para além do percurso inicialmente contemplado que este se prolongue para Góis e Arganil. Em relação aos passeios da Av. Padre António Dinis informou que são necessários estando estes previstos numa intervenção mais abrangente, não sendo um trabalho a ser efetuado no imediato. Quanto ao prazo da empreitada do açude de Santo António é de 30 dias, pensando que os trabalhos estarão concluídos dentro do prazo estabelecido, caso não haja qualquer constrangimento ao nível de intempéries e outros imprevistos que possam surgir no decorrer da obra.-

---------O senhor Nuno Miguel Almeida Alves, em nome da bancada do PSD, agradeceu as palavras amigas da Assembleia Municipal de Arganil para com o Presidente da Assembleia Municipal de Góis, sendo estas o reflexo da pessoa que o Dr. Manuel Enéscio de Almeida Gama é, não somente em termos políticos, mas, também pessoais e profissionais. ----------

----------Sobre as palavras proferidas na questão de intervenções relativas a questões relacionadas com as Freguesias mencionou que é importante que o senhor Presidente da Freguesia de Góis não tenha sensibilidade quanto todos nós damos opiniões sobre intervenções que entendemos ser necessárias e importantes na Freguesia que preside, porquanto se assim o fosse estaria sempre a justificar. É importante um equilíbrio desta Assembleia Municipal porquanto existem opiniões de todas as bancadas sendo importante que os membros deste órgão possam apontar algumas necessidades existentes nas freguesias concelhias fruto da sua presença nos locais apontados ou da abordagem feita pelos munícipes a essas mesmas necessidades, estando desta maneira a exercerem o cargo para que

foram eleitos. ----------

--------Referiu que, no dia de hoje, vários membros desta Assembleia Municipal nas suas intervenções endereçaram felicitações ao associativismo existente na nossa comunidade o que é de suma importância para o nosso concelho, salientando que mais uma organização concelhia se destacou na área do associativismo, o Grupo de Escuteiros 74 de Góis, pelo segundo ano consecutivo, foi distinguido com o prémio Escotismo de Excelência-Classe de Platina 2021, apresentando uma palavra amiga e de incentivo que após a Pandemia possam ainda desenvolver mais atividades porquanto se traduz numa mais valia para a faixa infantil e jovem. Fez referência ao Projeto CLDS a ser desenvolvido na sede da ADIBER sendo gratificante as atividades que têm dinamizado para as diferentes faixas etárias sendo importante o reflexo que estas têm tido junto da população do nosso concelho. Referiu que, mais uma vez, a TransSerrano obteve o Galardão de PME Líder, a única empresa do concelho que obteve este prémio, realçando que todas as PME do concelho vejam neste prémio um contributo importante para o desenvolvimento das suas empresas e que haja uma maior ambição por parte das empresas no sentido de promoção de novos postos de trabalho sendo estes o motor para a fixação de pessoas e para o desenvolvimento da nossa economia. ----------

---------Seguidamente felicitou o Executivo pela receção aos refugiados ucranianos, os quais, infelizmente, fazem muitas filas de largos quilómetros para abandonar as suas casas, trabalho, e as suas famílias para fugirem de uma invasão que a todos nós custa ver vidas humanas que forma involuntária em combate verem a perder os mais próximos. Efetivamente este Executivo, ao contrário de anteriores, nunca colocou o trabalhar para as pessoas além das páginas dos jornais, e cujo esse trabalho em prol das pessoas não passava de um título de jornal. Este Executivo tem tido o reflexo no que é a melhoria da qualidade de vida das pessoas, sendo exemplo disso o papel social que teve em bem receber estes refugiados em tempo record, esperando que caso haja necessidade de rececionar mais refugiados que sejam recebidos de igual maneira. Acrescentou que deve ser dada a esperança aos mesmos que este território é de oportunidades e de bem receber ao ponto de fazer desta a sua casa. ----------

---------Sobre a intervenção ocorrida, no Mandato anterior, nas fragas de Carcavelos, assunto amplamente falado em anteriores sessões, questionou se a intervenção está definitivamente concluída. Referiu que a sua questão se consubstancia pelo facto de entender que os trabalhos realizados não se enquadram na sua envolvente, sugerindo a possibilidade de se equacionar uma

solução para tapar o betão colocado, no sentido de estas poderem vir a estar novamente enquadradas no espaço natural que as envolve.----------Terminou, fazendo referência às eleições intercalares, tratando-se de um novo paradigma em Góis desde o ano de 1976. As duas forças menos votadas entenderam que os eleitores com o resultado nas últimas eleições autarquias para a Assembleia de Freguesia desejavam que as forças se unissem e que a força vencedora não pudesse governar. O resultado destas últimas eleições foi expressivo, sendo a diferença dos resultados ainda mais dilatada do que nas primeiras eleições, mas, essencialmente, fica a inatividade de uma Junta de Freguesia, durante seis meses, a instabilidade na vida dos funcionários, que se viram privados dos seus salários, tendo sido um período que em nada dignificou quem se apresenta a eleições e não está preparado para vencer ou para perder. Para se saber ganhar também é preciso saber-se perder. Referiu que o PSD sabe o que é perder, sendo que presentemente estamos numa condição de poder e de executar, mas, a humildade, o empenho e a dedicação é exatamente a mesma. Face ao resultado das eleições intercalares agradeceu ao eleitorado, parabenizando o reeleito Presidente da Freguesia de Góis, Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira, e na sua pessoa todos os restantes membros da sua lista, apresentando um voto de sucesso no exercício das suas funções. Referiu que apesar de estarem com seis meses de atraso no exercício das funções autárquicas, acredita que será um mandato frutífero em atividades diferentes, tendo em conta que a Freguesia de Góis desde 1976, pela primeira vez, não está sob a égide do PS, pelo que acreditamos que irão haver mudanças. Concluiu apresentando votos de sucesso e parabenizando o senhor Presidente da Junta de Freguesia pela sua resiliência, porquanto S.E. foi dotada do maior ataque pessoal, referindo que o que nós aqui fazemos é política e são opiniões partidárias e não pessoais, ou seja, quando discutimos algum assunto a opinião emitida é sobretudo política e não pessoal, sendo que nesta matéria foi a posição tomada pelos eleitores nas eleições intercalares. Sobre os seis meses de governação do Executivo PSD destacou a obra que tem sido efetuada pelos serviços externos da Câmara Municipal.----------O senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a intervenção no açude de Carcavelos referiu ser do conhecimento geral que esta foi realizada no mandato anterior, tendo sido reconhecida a urgência em realizar a intervenção sem que, previamente, fosse consultada a APA. Ao não se consultar esta entidade os trabalhos realizados sem a respetiva autorização deram origem a um processo judicial o qual consta no Relatório da Atividade Económica e Financeira da Câmara Municipal. Acrescentou

que ainda não foi equacionada qualquer intervenção adicional aos trabalhos realizados neste açude, sendo que ao ser esta equacionada terá que ter a respetiva autorização da APA.----------O senhor Nuno Pedro Tavares Nascimento referiu que a sua intervenção é no sentido de reiterar a necessidade de colocar um sistema de bombagem de água, junto ao quartel Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis-Secção de Alvares, por forma a que em caso de ocorrência de incêndio as viaturas pesadas possam ali fazer o abastecimento de água. ----------Prevaleceu-se para felicitar os novos corpos sociais do Grupo de Jovens Alvarenses e da Associação de Juventude Góis, fazendo votos para que desenvolvam atividades em prol da comunidade onde estão inseridas e que tenham sucesso ao longo do mandato para que foram eleitos. ----------De igual modo, felicitou o Clube Rota de Jeropiga pela 15ª edição do Passeio TT Rota da Jeropiga evento ao qual se associam muitos voluntários os quais juntamente com a organização contribuem para a sua dinamização a qual ao longo dos anos tem crescido face ao número de participantes o que sem dúvida é muito importante para esta freguesia e, consequentemente para o concelho. ----------O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que relativamente à questão do sistema de bombagem a mesma já foi reportada a este Executivo pelo senhor Comandante e Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis tratando-se efetivamente de uma situação premente por todos reconhecida sendo que esta se encontra na ordem do dia dos trabalhos que pretendemos realizar com alguma urgência. Pelo que assim que tivermos a oportunidade serão realizados os necessários trabalhos para que o abastecimento de viaturas de grande porte seja um problema ultrapassado. ----------A senhora Filomena Maria de Matos Geraldes apresentou felicitações ao Município de Góis pela participação na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa integrando o stand da CIM RC a par com os restantes Municípios que integram a comunidade intermunicipal, tendo a sua pessoa e outros membros da bancada do PSD estado presente na sequência do convite dirigido aos membros desta Assembleia Municipal. Das intervenções realizadas nas diferentes áreas ligadas ao Turismo reputou as mesmas de excelentes pelo que apresentou as suas felicitações ao Município de Góis, à Freguesia de Vila Nova do Ceira, à Cooperativa Agro-Social e Florestal de Vila Nova do Ceira, e aos Técnicos responsáveis pela dinamização das mesmas. É do conhecimento geral que este evento objetiva potenciar novos contactos e promover os melhores negócios à escala nacional e internacional, pelo que considera

muito importante a participação do Município de Góis uma vez que o turismo é o principal motor de desenvolvimento do nosso país. Referiu a existência de uma estratégia nacional, a estratégia de turismo 2027 aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 134/2017, 27 de setembro, que define o diferencial estratégico para o turismo em Portugal na próxima época. Mais referiu que o sector do turismo é uma atividade económica fundamental para a geração de riqueza e emprego em Portugal. Mesmo durante a Pandemia no ano de 2020 a atividade turística representou 8% PIB. Referiu ainda que o turismo foi sempre considerado uma atividade essencial para a nossa economia sendo bastante relevante para o saldo da balança comercial, bens e serviços. Pelo que pôde constar na BTL todos os concelhos do nosso país, particularmente os nossos vizinhos, se encontram a apostar forte nesta atividade e a apresentar aqueles que são os seus ativos diferenciadores, bem como os ativos qualificadores e a promover os produtos que gerem em torno destes de modo muito competitivo. Tendo por base todas essas razões referiu pensar que o nosso concelho também não pode ficar de fora tendo por isso continuar a apresentar-se de forma inovadora e competitiva, com ofertas turísticas diferenciadas no âmbito daqueles que são os seus ativos. Por isso entende que a participação do nosso concelho para a próxima BTL tem de começar no dia a seguir ao términus da BTL, pelo que apresentou uma palavra de incentivo para a continuação de uma boa apresentação nesta feira.----------Seguidamente lançou o repto a todas as forças politicas representadas nesta Assembleia Municipal relativas à comemoração dos 50 anos do 25 de abril. No dia 23 de março de 2022 iniciaram-se as comemorações dos 50 anos da revolução dos cravos que irão prolongar-se num vasto programa, ainda em construção, até dezembro de 2026, quando se assinalar meio século das primeiras eleições autárquicas. Nestes 48 anos em que temos vivido os valores da democracia e da liberdade habituamo-los a tê-los como adquiridos e seguros, todavia, os tempos que estamos a viver, decorrentes, sobretudo, da situação da guerra na Ucrânia tem-nos feito tomar consciência de que não podemos dar nada como adquirido. A liberdade e a democracia são sempre obras inacabadas e nunca estão imunes de ameaças, presentemente constatamos que a qualquer momento as podemos perder. Assistimos também nas sociedades ocidentais a um aumento do número de pessoas que aderem a forças políticas de extremos que põe em causa estes valores ficando a sua pessoa bastante intrigada quando entre essas pessoas se encontram jovens. É inegável que em Portugal e na União Europeia olhamos hoje o futuro com algum receio de que os valores em que assenta a nossa democracia e o modo como vivemos em liberdade possa vir a alterar-se. Por isto, comemorar os 50 anos de abril ganha no atual

contexto um novo alento e relevância. É atual refletirmos quais são os valores nos quais se cimenta a nossa democracia, que ideologia nos move, como desejamos viver, o que representa abril para cada um de nós, o que representa abril para os jovens, como podemos e devemos fazer para que a liberdade e a democracia não sejam ameaçadas, o que é que temos que fazer para eliminar o ódio, o preconceito, a intolerância, a pobreza, as desigualdades, a falta de equidade e justiça, ou seja, tudo aquilo que ainda obstaculiza uma vivência plena dos valores de abril. Por tudo isto, lançou o desafio ou uma proposta, especialmente, às diferentes forças políticas representadas na Assembleia Municipal de Góis, aos diversos movimentos de juventude, às Instituições da sociedade civil do concelho, que no âmbito das comemorações dos 50 anos da revolução do 25 de abril que irão prolongar-se até dezembro de 2026 se associem ao vasto programa, ainda em construção, e organizem dinâmicas de debate e reflexão interna onde se reflita sobre estas ou outras questões que entretanto se revelarem pertinentes e que as conclusões de cada reunião venham a ser compiladas num pequeno livro ou brochura para serem apresentadas no 25 de abril de 2024 nesta casa quando se comemorarem os 50 anos de abril.----------

---------Prosseguiu, fazendo referência à 24ª Feira do Livro de Góis, sob o signo lembrar Agustina Bessa-Luís, 100º Aniversário de Agustina Bessa-Luís, decorrida de 13 a 25 de abril, com um vasto programa. Felicitou a excelente decoração do espaço, parabenizando os trabalhadores do Município que executaram os expositores dos livros, estando certa que dignificaram esta atividade e outras onde possam vir a ser solicitados. No âmbito da programação levada a efeito, durante este mês, na Casa da Cultura, felicitou os protagonistas da apresentação do "Grande Enterro do Bacalhau", recordando uma tradição do nosso país, sendo a representação inovadora e apelativa, dirigindo uma palavra de incentivo para nos presentear com outras apresentações. ----------

--------O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a Câmara Municipal colaborará na edição de uma brochura sobre os resumos das atividades que possam vir a ser promovidas no âmbito da programação dos 50 anos do 25 de abril.----------

----------A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascenção congratulou-se por um dos Presidentes das Freguesias do nosso concelho integrar o Conselho Diretivo na ANAFRE distrital, 2021/2025, dignificando-nos esta representação pelo que dirigiu à pessoa em questão as suas felicitações. ---------

----------Prevaleceu-se para agradecer os convite dirigidos à sua pessoa, na qualidade de membro da Assembleia Municipal, para os eventos BTL, Feira do Livro de Góis, e comemorações do 25 de abril,

sendo que por motivos pessoais somente pôde estar presente nas comemorações do 25 de abril. ----------Sobre a BTL questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a existência de algum projeto na área do turismo a ser implementado na União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal. Quanto à estrada do Vale do Ceira agradeceu a intervenção realizada, porém, na sua ótica ficou muito aquém esperando que os trabalhos não estejam ainda concluídos, ou seja, não foram desobstruídas as valetas e alguns destroços resultantes da limpeza ainda se encontram no local, principalmente em parte do trajeto entre a Candosa e o Colmeal, facto que é lamentável. Lamentou ainda, o facto de terem sido somente realizados trabalhos na barreira e não a faixa como menciona o relatório, presumindo que a limpeza da faixa de gestão fossem os dez metros, não tendo sido efetuada a limpeza nessa extensão, sendo que no local onde se encontram os railes de proteção debaixo destes nada foi limpo. Considera que tratar-se de uma limpeza diminuta que espera que não esteja concluída, desejando a conclusão dos trabalhos por se tratar de um risco em caso de incêndio, bem como é de elevada importância a remoção do cascalho existente nas valetas da estrada. Aproximando-se a época de maior calor questionou se já se encontra agendada a limpeza dos estradões florestais na União das Freguesias nomeadamente na parte em que há alguns anos a esta data não tem sido objeto de intervenção, a não ser o troço utilizado no Rally de Portugal, é de facto uma preocupação sua porque as estradas na sua maioria estão intransitáveis sendo de todo importante a limpeza no sentido de prevenção a ocorrência de incêndios florestais. Relativamente a dívidas à Câmara Municipal questionou se a APIN já procedeu à liquidação do valor de 72.746,32 €, montante referente ao ano de 2021, valor esse que estava previsto liquidar durante o mês de março. Terminou, referindo que na povoação do Cadafaz, no Largo dos Portos, a estrada de alcatrão encontra-se a ruir, ameaçando pessoas e bens que por ali circulam, bem como as habitações ali existentes, pelo que alertou para que esta situação seja vista.----------O senhor Presidente em relação à limpeza da estrada do Vale do Ceira informou que a mesma ainda não se encontra concluída, sendo que também os estradões florestais ainda não se encontram limpos, porém, da informação prestada as máquinas encontram-se na União das Freguesias, não estando esquecidos todos os trabalhos necessários. Em relação ao Largo dos Portos informou que a situação já se encontra sinalizada, terá que se avaliar a mesma de forma a se equacionar a melhor intervenção. Quanto ao valor da dívida da APIN deu a palavra à Técnica Liliana Serra para se pronunciar.----------Dada a palavra a Técnica Liliana Serra informou que a APIN ainda não saldou a dívida em

questão. ----------

---------Dada a palavra o senhor Vice Presidente da Câmara Municipal referiu que o turismo no nosso concelho é um dos principais motores para nossa economia. Sobre a BTL referiu que neste certame não é dado a conhecer tudo o que temos no nosso concelho, mas, sim uma mostra global em termos turísticos. Sobre possíveis investimentos no ramo turístico para a União das Freguesias informou a existência de alguns projetos, parte destes já se encontram a ser implementados, sendo que o turismo também depende da iniciativa privada, tendo sido contactados todos os agentes económicos do concelho para estarem presentes na BTL tendo todos a oportunidade de se associarem a este certame e promoverem os seus produtos. No âmbito do Fundo Norueguês informou que a intervenção prevista para o rio Ceira já se encontra a ser efetuada, os percursos pedestres encontram-se a ser limpos, bem como está a ser efetuada a manutenção e colocação de nova sinalética nos percursos, esperando que, num futuro breve, possamos vir a ter em funcionamento a ciclovia. Em termos da iniciativa privada informou que o Executivo está disponível para colaborar. ----------

---------A senhora Dulce Maria Filipe Cruz iniciou a sua intervenção elogiando a iniciativa Páscoa de Sabores 2022, elogio extensivo aos restaurantes do concelho que se associaram à mesma. Este tipo de iniciativa visa levar Góis mais além ao nível gastronómico e fazer reviver as tradições através de vários sabores. Sugeriu que mais eventos gastronómicos devem ser levados a efeito ao longo do ano de forma a que haja uma promoção fora da época balnear de maneira a que muitos nos possam visitar. Ainda sobre eventos fez referência ao ciclo de cinema proporcionando desta forma a vivência de noites diferente, mas também permite reviver a nossa história, sendo exemplo disso a exibição do filme Salgueiro Maia – O implicado. ----------

--------Sobre trabalhos realizados fez referência à requalificação da via de acesso desde da EN 342 às Aldeias do Xisto de Aigras, projeto iniciado pelo anterior Executivo e executado já neste mandato, o qual contemplou algumas alterações ao projeto inicial, como o alargamento de curvas de forma a que a circulação de veículos pesados se possa fazer com maior segurança, bem como a melhoria feita ao nível de estacionamentos, tendo sido também feitos trabalhos de limpeza de vegetação em toda a envolvência destas aldeias. Referiu que muitas das vezes elogiamos o Executivo pelos trabalhos efetuados, esquecendo-nos de quem os efetuou, pelo que em seu nome e da bancada do PSD apresentou agradecimentos aos funcionários dos serviços municipais externos pelas intervenções realizadas em vários pontos do concelho, e que continuem motivados a fazer mais e melhor por Góis.-

--------O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte referiu que após ouvir a intervenção do senhor líder da bancada do PSD apraz-lhe mencionar não saber se o atual Primeiro Ministro diria melhor, duvidando que o fizesse em matéria de política ou sobre o que se passou na política. Acrescentou, que da forma como se expressou relativamente ao momento político vivido na freguesia de Góis, apraz-lhe afirmar que o que se passou foi um ato de democracia. Referiu que foi dada a oportunidade aos cidadãos eleitores, ou seja, àqueles que nos elegem e que governam de forma delegada, ou que delegam a governação do seu território nos eleitos, tendo estes decidido, tendo sido um ato democrático. É um facto que funcionou, tal como funcionou há uns meses a esta data, tendo o PSD feito também parte, pelo que estando a colocar os bons de um lado e os maus do outro, que é o que lhe parece que estão a transmitir, e não o ato democrático que se realizou, tendo o que se passou sido um processo democrático. ----------

---------Relativamente à freguesia de Alvares referiu que sobre o trabalho realizado ao nível das faixas de gestão apraz-lhe mencionar o excelente trabalho que se está a efetuar, assim como, o projeto, que já se encontra concluído, Condomínio de Aldeia na Roda Fundeira. Quando faz menção a estas questões é pelo facto que as mesmas decorrem da legislação para esse mesmo efeito, porém, entende que as coisas estão feitas e que devem estas ser valorizadas esperando que este tipo de trabalho tenha continuidade por se tratar de fundamental para a segurança de pessoas e bens, tanto na circulação diária, como no combate aos incêndios. Em relação aos projetos Condomínio da Aldeia informou que também este projeto irá ser desenvolvido na sede de freguesia, sendo nesta fase 100% privado, sendo entidades parceira a Câmara Municipal, a Associação Florestal do Concelho de Góis, e a Junta de Freguesia de Alvares, sendo a execução deste trabalho da responsabilidade da CELPA – Associação da Indústria Papeleira. Este projeto tem uma dinâmica diferente pelo que os trabalhos no terreno irão se iniciar no dia 09.05.22. Relativamente à questão apresentada pelo senhor Nuno Pedro Tavares Nascimento relativa à necessidade de um sistema de bombagem de água mencionou que a Junta de Freguesia adquiriu o terreno para ali ser instalado o referido equipamento não tendo esta autarquia condições financeiras para dar continuidade à implementação do projeto em questão. Quanto à questão da toponímia nesta freguesia referiu tratar-se de um assunto que já se arrasta há longa data, tendo conhecimento que muitos dos nomes já se encontram validados tantos pela Comissão de Toponímia, como pela Câmara Municipal, pelo que questionou para quando a colocação das respetivas placas toponímicas e números de polícia. Sobre as ações do programa do nosso concelho na BTL pôde

constatar que no âmbito da gastronomia foi contemplado o prato "Cabrito com castanhas à moda do Sinhel" pelo que questionou de que iguaria se trata pelo simples facto de não existirem castanheiros nesta freguesia e, consequentemente, castanhas, fruto que nunca foi tradicional nesta zona, salientando que na história da gastronomia portuguesa ficou o tradicional bucho à moda de Alvares, que durante muitos anos, foi o prato gastronómico da Região de Turismo do Centro, confessando o seu desconhecimento deste prato de cabrito, porém poder-se-á tratar de uma inovação. ----------O senhor Presidente fez referência à forma positiva como o senhor Victor Manuel Fonseca Duarte abordou as questões relacionadas com as limpezas e com os Condomínios das Aldeias sendo esta a forma que devemos estar na política, ou seja, de forma positiva, felicitando-o pelas suas palavras, por entender que estamos aqui com o mesmo sentido o de valorizar o nosso território. Em relação à questão da toponímia referiu que se presentemente lhe dissesse uma data para a concretização deste processo, provavelmente, numa próxima oportunidade, eram mencionadas palavras de desagrado por não cumprimento dessa mesma data. Trata-se de um procedimento que se encontra em curso sendo intenção de, a curto prazo, se iniciar a colocação das referidas placas, uma vez que já foram adquiridas. Contudo, devido a trabalhos prementes o pessoal externo tem sido deslocalizado para outro tipo de trabalhos, sendo que assim que alguns trabalhos estiverem terminados será iniciada a colocação das placas toponímicas por se tratar também de uma situação pela qual já foi várias vezes abordado. Sobre a questão do prato de cabrito com castanhas à moda do Sinhel, solicitou a intervenção da Técnica Fátima Gonçalves. ----------Dada a palavra a Técnica Fátima Gonçalves informou que em relação à referida receita a mesma resultou do desafio da CIM RC no que concerne à Região Europeia da Gastronomia em que cada Município deveria deslocar-se a cada restaurante e esse partilhar as receitas, muitas destas, com base naquilo que era a tradição. Nesse âmbito e também do Programa Gastronomia e Vinhos em que procuramos classificar alguns restaurantes junto do restaurante Fora d'Horas, freguesia de Alvares, foi recolhida esta tradição, de acordo com o registo oral partilhado, e, numa tentativa, de levarmos à BTL, mais do que aquilo que é a freguesia e a sede do concelho Góis, foi apresentada esta tradição, referida pelo proprietário do citado estabelecimento comercial, numa ótica de dispersar aquela que é a tradição do concelho.----------A senhora Adriana Flávia Amaro Martins Sanches dirigiu as suas felicitações à Filarmónica da A.E.R.G., pelo seu 89º aniversario do seu Ressurgimento, efeméride comemorada no p.p. dia

09.04.2022. Prevaleceu-se para propor a criação de uma associação de comerciantes com a colaboração da Câmara Municipal, sendo seu entendimento a existência de uma grande lacuna tanto no diálogo entre comerciantes do concelho, como na coordenação de atividades, município e empresas. Como os bons exemplos são para serem seguidos podemos observar o impacto positivo da Associação Empresarial Serra da Lousã. Questionou o Executivo se está prevista algum tipo de intervenção no Parque do Cerejal em virtude deste espaço necessitar de intervenção ao nível das infraestruturas existentes, sendo exemplo disso o campo de futebol e os wc's, bem como o parque de merendas. Por último, desafiou todos os presentes a efetuarem do percurso desde este local até ao Posto da GNR, com um carrinho de rodas ou até mesmo guiando uma pessoa em cadeiras de rodas, no sentido de se aperceberem o problema de acessibilidade aos passeios e passadeiras existentes ao longo deste itinerário, verificando-se que são poucos os locais que os passeios estão ao ní vel das passadeiras, obrigando desta forma a efetuar parte do percurso na via rodoviária. ----------O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação à criação de uma Associação de Comerciantes Concelhia referiu que a autarquia tem em elaboração um protocolo com a Associação Empresarial da Serra da Lousã podendo daí resultar também a criação de uma Associação de Comerciantes Concelhia, realçando que o protocolo ainda não se encontra concluído pelo que, posteriormente, se farão os necessários contactos para que possa vir a ser uma realidade. Sobre as intervenções no Parque do Cerejal referiu que, presentemente, as que irão ser efetuadas são as necessárias para a utilização deste espaço no período de verão, sendo que uma intervenção de fundo não está, neste momento, projetada, mas, também não está fora daquilo que se possa pretender para o futuro. Em relação à questão das acessibilidades referiu que a Câmara Municipal está a elaborar uma candidatura a qual tem associada fundos comunitários prevendo esta a requalificação de alguns espaços urbanos da vila de Góis e de outras localidade para melhorar as acessibilidades e também resolver o problema das pessoas com mobilidade reduzida e dos carrinhos de crianças.----------O senhor Ricardo José Duarte Ventura iniciou a sua intervenção fazendo menção à ausência do senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentando um renovado abraço de rápidas melhoras.----------Salientou o facto de ter, finalmente, terminado a obrigatoriedade do uso de máscara sendo, à presente data, possível realizar a assembleia municipal sem o uso da máscara. A seu ver um aspeto positivo, revelando que estamos no bom caminho no combate à Pandemia, tendo as medidas ponderadas e assertivas do governo do PS influenciado esta recuperação. Abordou a tomada de posse

do novo Governo, no p.p. dia 30.03.22, com o Primeiro Ministro António Costa a liderar um governo de maioria absoluta. Na sua ótica esta maioria absoluta trará mais responsabilidade e, com certeza, o Partido Socialista não irá virar as costas aos portugueses. O Governo irá conduzir o país para uma recuperação económica com modernização tendo sempre em vista a solidariedade social, esperando que não esqueça os territórios de baixa densidade, como o de Góis. Acreditamos que possam vir a implementar novas medidas de apoio à fixação de pessoas e empresas no interior do país. ----------Prosseguiu referindo que infelizmente a guerra da Ucrânia continua a ser o tema do momento salientando o acolhimento de deslocados ucranianos no nosso Município, felicitando a Câmara Municipal pelo papel que tem tido neste processo de acolhimento e integração das famílias no nosso concelho. Relembrou o PSD que se existe algo que diferencia o PS dos outros partidos, é precisamente a sua matriz social, relembrando não se tratar da primeira vez que Góis acolhe refugiados, sendo que no passado, durante a presidência do Dr. José Cabeças acolhemos cidadãos refugiados Kosovares e recentemente, no anterior mandato, liderado pela Dr.ª Lurdes Castanheira, o Município de Góis acolheu refugiados da Síria, encontrando-se estes últimos plenamente integrados na nossa comunidade. Todos nós temos um papel fundamental na integração destas famílias na nossa comunidade. Estas pessoas que passaram por diversos momentos adversos e traumas causados pelos momentos vividos de guerra nos seus países, sendo que toda a colaboração neste processo de integração é importante para se sentirem em casa, ainda que em outro país. ----------Durante o mês em curso realizou-se a reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Góis pelo que solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal que efetuasse uma breve explanação dos assuntos abordados, nomeadamente, do Plano Municipal da defesa da Floresta Contra Incêndios em virtude de nos estarmos a aproximar do período crítico do ano, em termos de incêndios. Relativamente à Carta de Risco de Incêndio entende que a mesma é mais um documento de proibição em vez de constituir um meio de promoção para o desenvolvimento dos municípios. Torna-se difícil de compreender os critérios de definição da perigosidade de risco de incêndio, definindo a carta que o principal critério para o risco de incêndio alto e/ou muito alto é o facto de, nos últimos anos, terem ocorrido incêndios nessa área. É seu entendimento que se nos últimos anos ocorreram incêndios nessas áreas, a probabilidade de ocorrência de novos incêndios nestas não será assim tão grande. Ainda sobre a questão dos incêndios alertou para um incumprimento, por parte da Câmara Municipal, no que concerne à designação de um Comandante Operacional Municipal no

âmbito da proteção civil, sendo motivo de preocupação e tratando-se de um assunto de rápida resolução, assim haja essa mesma vontade por parte do executivo municipal. ----------Felicitou o senhor Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira pela recente eleição como Presidente da Junta de Freguesia de Góis, mesmo não sendo o projeto apoiado pelo Partido Socialista. No entanto, presentemente, importa é recuperar o tempo perdido e consequentemente o que ficou por fazer, fazendo votos de sucesso para o desenvolvimento de um bom trabalho.----------Continuou referindo que na presente sessão a bancada do PSD lançou uma série de desafios e que a bancada do PS está recetivo a qualquer proposta desse âmbito, particularmente sobre os valores de abril, sendo uma reflexão que fazemos há muito tempo, concordando com uma edição na qual todas as forças políticas possam apresentar as suas ideias sobre os valores de abril. Acrescentou que aos desafios dirigidos à Assembleia Municipal apraz-lhe também apresentar um outro, propondo que a senha de presença dos elementos da Assembleia Municipal, da presente sessão, fosse doada ao jornal "O Varzeense" de forma a todos darmos um contributo a este órgão de comunicação social concelhio que atualmente passa por tempos de dificuldades. ----------No dia de hoje, referiu ter sido realizada a apresentação pública do Rally de Portugal 2022, em Coimbra, a qual contou com a presença do senhor Presidente do Município de Góis, pelo que solicitou que fizesse uma breve alusão deste grande evento que irá ocorrer no mês de maio, o qual será de grande importância para a promoção do nosso concelho e, consequentemente para a nossa economia local. Ainda sobre o Rally de Portugal referiu que a realização desta prova estava agendada apenas para três anos, terminando no ano em curso, questionando se já há alguma previsão para que a mesma tenha continuidade nos próximos anos.----------Por último, deu conhecimento da sua presença na Assembleia Intermunicipal da CIM RC, fazendo alusão à quantidade de assuntos importantes debatidos, parte destes envolvendo o Município de Góis. Quanto ao SIT-Flexi referiu que apesar de não ter um conhecimento profundo deste considera ser de todo importante a promoção e divulgação, uma vez que parte da população do nosso concelho conseguiria utilizar este transporte para se deslocar à sede do concelho e pode no momento não ter conhecimento deste serviço. No que concerne à possibilidade de extensão da linha do Metro Bus ao nosso concelho referiu tratar-se de um assunto de enorme importância para que venha a ser, no futuro, mais um meio de transporte público que permita o acesso a Góis.----------O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a Comissão Municipal de Fogos Rurais

reuniu fazendo parte da ordem de trabalhos a aprovação do Plano Operacional Municipal/2022, a emissão de pareceres sobre os projetos Condomínio da Aldeia, bem como a apresentação e aprovação do Relatório Anual de Monitorização do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios. Referiu que o regimento foi aprovado tendo havido várias intervenções, lembrando que a reunião ocorreu pelo facto de se ter que cumprir com o legalmente estabelecido nesta matéria, sendo que Plano Operacional Municipal/2022 tinha que ser objeto de aprovação e proceder à sua instalação. Referiu que Góis foi dos primeiros concelhos a aprovar o referido Plano. Em relação à Carta de Perigosidade, emitida pelo ICNF, referiu ser uma preocupação de todos, a qual no último Conselho Intermunicipal foi abordada tendo gerado bastante preocupação em todos os Municípios pelos constrangimentos que trás. Referiu que está previsto alguma contestação por parte da CIM RC junto do Governo para que o ICNF reveja os critérios que tiveram por parte da elaboração deste documento, tendo dado como exemplo que limita as áreas de construção o que se pode traduzir num constrangimento para o desenvolvimento dos concelhos do interior. Em relação à designação do Comandante Municipal Operacional referiu que não há nenhuma decisão prevista, nem nenhuma alteração em relação àquilo que temos neste momento. Quanto ao Rally de Portugal referiu que, no dia de hoje, foi realizada a apresentação no Convento de S. Francisco, em Coimbra, tendo estado presentes os Presidentes dos Municípios de Arganil, Coimbra, Góis, Lousã, o Presidente do ACP, o Diretor da Prova, e a Turismo do Centro de Portugal. Apesar de ter estado presente nem a sua Pessoa, nem os restantes Presidentes dos Municípios usaram da palavra, sendo que posteriormente, todos tivemos a oportunidade de manifestar à imprensa o que cada um esperava do Rally de Portugal nos respetivos concelhos, bem como qual o interesse estratégico para cada concelho, sendo óbvio que este é positivo pela visibilidade que dá e pelo valor que acrescenta à economia local. Acrescentou que no passado ano em termos de valores da economia local rondou o meio milhão de euros conforme estudo realizado pelo ACP. Em relação à passagem do Rally de Portugal no ano de 2023 referiu que nada ainda foi faladado, porém, entendeu pelas palavras do senhor Presidente do ACP que a região centro continuará a ser contemplada com esta prova desportiva por ser reconhecido, em termos históricos, que as melhores etapas da prova são efetivamente na nossa zona. Relativamente ao SIT-Flexi referiu que desde o início do seu Mandato foi um dos objetivos que desejou concretizar, lembrando que este projeto já teria sido implementado pelo anterior Executivo, tendo havido algumas dificuldades em pô-lo em prática, devido a alguma relutância por parte dos operadores de táxis, sendo

que em termos de procura ainda não se verifica uma relevância significativa, enfatizando o que está no cerne deste transporte é o facto da possibilidade de as pessoas poderem agendarem um transporte para o dia e hora que desejam e também o regresso não estando sujeitos aos horários dos transportes públicos. Por se tratar de uma mais-valia para a população do concelho referiu terem sido feitas reuniões com os operadores de táxis, tendo as pessoas sido sensibilizadas, sendo um trabalho que tem de ser feito com alguma constância no sentido de que as pessoas possam aderir, principalmente, quem reside nas áreas mais recônditas do concelho, porquanto têm um meio de transporte ao seu serviço, que muitas vezes não o valoriza, devendo ser valorizado, sendo também por essa razão que fizemos muita força para que este transporte fosse implementado, traduzindo-se numa benesse assim que se tiver a perceção real das possibilidades deste transporte julga que haverá da parte das pessoas um aumento da procura. ----------

---------O senhor José Carlos Rodrigues Garcia iniciou a sua intervenção referindo que quando há uma eleição, independentemente na área de intervenção, é um facto que os eleitos têm como objetivo fazer mais e melhor do que os anteriores, concretizando os seus objectivos. Pelo que espera que o atual Presidente da Câmara Municipal, não querendo que as suas palavras sejam mal interpretadas pelos anteriores Executivos, ou seja, que também deram o seu melhor no sentido de promover o concelho, mas, conhecendo o atual Presidente pelo seu rigor e vontade espera que o façam levar a bom porto o nosso concelho. Referiu que pelo feedback que tem, destes seis meses de gestão, houve um melhoramento no funcionamento dos serviços, uma maior motivação por parte dos trabalhadores, sendo esta importante para que o trabalho seja melhor desenvolvido. Acrescentou que a Câmara Municipal tem promovido um conjunto de eventos, em várias áreas, que têm dinamizado o nosso concelho o que se trata de uma mais valia ao nível de promoção e também para quem nos visita. É um facto, que o concelho não se desenvolve somente com eventos sendo importante que a parte económica seja também desenvolvida devendo o comércio ser uma aposta, bem como a fixação de pessoas para que haja também um crescimento ao nível da população. Sobre novas empresas no concelho questionou se já foram tomados procedimentos nesse sentido de forma a que haja uma maior dinamização económica e, consequentemente, e, maior número de postos de trabalho, e, naturalmente, um maior número de fixação de pessoas. No âmbito da Pandemia referiu que o concelho ao nível turístico teve uma maior procura durante a época balnear, porém, passado este período menos bom ao nível a saúde teremos que continuar a trabalhar de modo a que Góis seja um

destino turístico. Referiu que com as suas palavras desejava ter conhecimento se já foram tomadas algumas diligências para a fixação de novas famílias, bem como ao nível empresarial se já há novas perspetivas para que novas empresas se venham a instalar no concelho. Sobre empresas referiu que há um processo, desde o anterior mandato, a decorrer sobre a implementação de uma unidade da Lusiaves no Vale da Lapa, freguesia de Vila Nova do Ceira, do qual desejava saber o ponto de situação, uma vez que já passou algum tempo, podendo efetivamente com o impasse que este processo tem, a freguesia ter um outro tipo de rendimento neste terreno. ----------

---------Mais referiu que um dos factores importantes à fixação seja de pessoas, seja de empresas, é ter-se boas acessibilidades, sendo do seu conhecimento que a Ministra da Coesão Territorial celebrou com Município de Pampilhosa da Serra um acordo de gestão para a 1ª fase de requalificação da Estrada Nacional 344 – entre o quilómetro 67 (Pampilhosa da Serra) e o quilómetro 75 (cruzamento da aldeia de Maria Gomes), uma empreitada já lançada em concurso público pela Infraestruturas de Portugal, com o valor base de cerca de 8 milhões de euros. Neste sentido, também espera que no Dia do Município de Góis a senhora Ministra da Coesão Territorial também se desloque ao nosso concelho para a assinatura de um acordo para melhoria das nossas acessibilidades, a EN342 ou até mesmo Góis-Coimbra. ----------

---------Por último referiu que aproximando-se a época balnear é desejo de todo que as praias e zonas fluviais propícias a banhos reúnam todas as condições para acolher as pessoas que ali desejam desfrutar do seu tempo de lazer, sendo importante a limpeza destas e também da sua envolvência, como é o caso dos terrenos, propriedade da Câmara Municipal, junto à Praia Fluvial das Canaveias, sendo também importante que na via de acesso a este espaço, logo a seguir à ponte, o piso fosse reparado. Ainda nesta freguesia, referiu a necessidade de reorganização do trânsito e estacionamentos no Largo do Adro em Vila Nova do Ceira e também na Rua António Barata Garcia. Sobre os Passadiços da Candosa referiu a necessidade de placas informativas junto à Fonte do Soito, bem como na Candosa placas informativas sobre os pontos turísticos desta freguesia e também de outras, de forma a quem se desloca via Serpins possa ter informação que o leva a deslocar-se a outras partes do concelho. Ainda junto à Fonte do Soito referiu a necessidade de o piso ser nivelado de forma a que o trânsito circule em segurança em ambas as faixas de rodagem.----------

---------O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que no que concerne a acessibilidades na presente semana teve a oportunidade, no âmbito de uma ação do ICNF, ocorrida nas Aigras, sobre

prevenção florestal, a qual contou com a presença do senhor Dr. Duarte Cordeiro, Ministro do Ambiente e Ação Climática, de lhe dizer que no percurso da EN342, Lousã-Aigras, tinha sido confrontado com as dificuldades que as pessoas têm em função das acessibilidades existentes, ou seja, trata-se de uma via com muitas curvas, sendo esta estrada um luta muito antiga do concelho de Góis para que se façam as devidas melhorias. Referiu que o Município de Góis conjuntamente com os Municípios da Lousã e Pampilhosa da Serra, este último também se associou por ter também interesse, e que por força de uma intervenção que irá ser efetuada por trás da zona industrial do concelho de Vila Nova de Poiares foi criada uma nova alternativa de trajeto a qual passa na zona do Arrassaio, parte de trás da EFAPEL (Serpins) entroncando na Ponte Velha para entroncar na via rápida, sendo a outra alternativa a requalificação da EN342. Referiu ainda ter ocorrido reunião no Município de Vila Nova de Poiares na qual, apesar não termos sido convidados, estivemos presentes, e marcamos a nossa posição em relação ao que entendemos ser necessário ao concelho nesta matéria, salientando que tem marcado a sua posição em reuniões da CIM RC desta necessidade de acessibilidades. Contudo, referiu ter informado o senhor Ministro que o Município de Góis está envolvido neste processo e desejávamos contar com a sua colaboração no sentido de podermos vir a ser contemplados. É um facto que no dia do Município de Góis, dia 13 de agosto, a senhora Ministra não estará presente por forma a comunicar uma boa nova, nesta matéria, por não haver essa mesma possibilidade, realçando que o processo do Município de Pampilhosa da Serra já tem algum tempo tendo feito um vasto investimento neste por ter capacidade financeira para o fazer ao invés do Município de Góis. Referiu que o projeto que se está a elaborar para apresentar às Infraestruturas de Portugal seja de custo partilhado entre todos os Municípios intervenientes e até haver uma colaboração da Comunidade Intermunicipal no sentido de virmos a ser contemplados. Referiu que se trata de um processo que nunca deveria ter parado, ou seja, deveria ter havido sempre insistência, e certamente o que é aquilo que hoje é praticamente começar do zero teria sido mais fácil para nós. ----------Relativamente à questão da Lusiaves referiu que como é do conhecimento de todos existe um problema na carta administrativa oficial onde o território no qual se pretende a implementação de uma da unidade na freguesia de Vila Nova do Ceira pertence ao Município de Góis, sendo claro que a Câmara Municipal não poderá fazer um investimento e apresentá-lo na CCDRC num território que não é nosso. Referiu que tem havido contactos com o Município da Lousã, tendo sido sinalizado por parte do Município de Góis aquilo que se pretende para que a Lusiaves implemente a unidade de Vale da

Lapa, freguesia de Vila Nova do Ceira. Referiu ainda ser pretensão da empresa a implementação das duas unidades, Vale da Lapa e Carvalhinha, pelo que foi também contactada a empresa para dar conhecimento do ponto de situação do processo, pelo facto de ter sido rececionada comunicação por parte dos técnicos que se encontram a elaborar a carta para ser apresentada no Município da Lousã. Ainda sobre esta questão referiu que o Município da Lousã não deseja abdicar da zona do Cabril, pelo facto de não reconhecer que seja do Município de Góis, pelo que também desejamos que isso não aconteça. Contudo, para que não percamos o investimento referiu que, numa fase inicial, se o Município da Lousã reconhecer o território como nosso, sito no Vale da Lapa, para que possamos avançar com o investimento, não abdicamos de discutir futuramente, em sede própria, a parte restante do território uma vez que sabemos que pertence ao nosso território. ----------Em relação às placas informativas dos passadiços da Candosa informou que as mesmas já se encontram adquiridas faltando apenas a sua colocação. Quanto à intervenção na EN2 junto ao Caracol, Vila Nova do Ceira, é do conhecimento de todos, pretendendo a Câmara Municipal intervir. Em relação ao estacionamento na zona do Adro e ruas adjacentes referiu que no âmbito do projeto "Bairros Comerciais Digitais" foi submetida candidatura para colmatar esta situação.----------O senhor António Alberto Ferreira Machado referiu que desejava ter conhecimento do ponto de situação do projeto vencedor do Orçamento Participativo 2019, a piscina infantil da Praia Fluvial de Canaveias. Em relação ao açude dos cavalos referiu ter conhecimento ser intenção de se efetuar uma candidatura para recuperação dos danos existentes, porém, possivelmente a mesma não irá produzir efeitos no ano em curso de modo a que os terrenos cultivados nesta zona possam usufruir da água proveniente da levada que este serve. Neste sentido, questionou sobre a possibilidade de se poder executar algum tipo de trabalho de forma a que a água venha a ser conduzida para a levada por forma a que as plantações usufruam de regadio. Terminou, agradecendo o convite dirigido à Freguesia de Vila Nova do Ceira para apresentação do video dos Passadiços da Candosa na BTL, felicitações extensivas ao senhor Arq. Ricardo Ventura pela excelente apresentação feita deste investimento.----------O senhor Presidente sobre a piscina da Praia das Canaveias informou que ainda não será nesta época balnear que a mesma estará ao serviço da população infantil devido ao montante que o projeto envolve, ou seja, o valor afeto ao Orçamento Participativo é insuficiente para a realização da obra, resultando do aumento de valores com que temos sido confrontados, tratando-se de um assunto que terá resolução. Quanto ao açude dos cavalos referiu que no ano transacto fomos confrontados com a

possibilidade de apresentarmos candidaturas para serem submetidas até ao final do ano no âmbito do Programa REACT1, com financiamento, tendo os projetos sido elaborados, porém aquando a sua submissão não foi possível pelo simples facto de em abril de 2021 o Município de Góis deveria ter-se constituído como interessado em apresentar as referidas candidaturas e não o fez, resultando no facto de não poderem ter sido apresentadas as referidas candidaturas. Posteriormente em reunião com um Técnico da APA foram feitas visitas a vários açudes no concelho tendo sido sinalizados 4 açudes e 2 zonas em que é necessário efetuar recuperação, sendo um investimento que ronda mais de 200.000,00€. Neste sentido a Câmara Municipal faz efetuou comunicação junto da APA, porquanto as candidaturas poderão ser submetidas ao REACT2, cujo o fundo será o que não foi utilizado no REACT1, pelo que conforme informação da APA é que Góis seria um dos concelhos onde se pretendia intervir nesta área, não tendo sido para o efeito quais e quantos equipamentos de água que irão ser contemplados, pelo que teremos que aguardar que o montante seja disponibilizado para que depois se possam fazer as intervenções principalmente as que forem mais urgentes e também em função do montante que for disponibilizado bem como daquilo que estiver destinado para cada uma das intervenções. ----------

---------A Assembleia Municipal tomou conhecimento.----------

--------**ORDEM DO DIA:**----------

--------**1. LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO - LEI QUADRO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS | DECRETO-LEI N.º 21/2019 QUE CONCRETIZA O QUADRO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO/CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE GÓIS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE GÓIS/RATIFICAÇÃO –** Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião a realizada, no passado dia vinte e nove de março de dois mil e vinte e vinte e dois relativamente ao assunto em epígrafe.----------

--------O senhor Nuno Miguel Almeida Alves questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal se o envelope financeiro associado à referida transferências de competências é suficiente face às despesas que o Município de Góis tem no domínio da educação. Parabenizou o Município de Góis pela celebração do contrato de delegação de competências com o Agrupamento de Escolas de Góis por ser

a entidade que melhor conhece a dinâmica da gestão das despesas envolvidas no referido contrato.----------O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a aludida delegação de competências decorre da legislação para o efeito pelo que deliberou o Executivo delegar as competências patentes na legislação em vigor no Agrupamento de Escolas de Góis, nomeadamente, na contratação e fornecimento de gás, electricidade, água; contratação de serviços de comunicações; aquisição e produtos de higiene e limpeza, aquisição de papel, material de escritório e expediente; aquisição e rapação de materiais de cozinha e refeitório; e aquisição de consumíveis de impressão. Delegadas as referidas competências referiu que a aquisição e leite escolar e o refeitório escolar, para o ano letivo 2022/23, bem como a aquisição do programa informático de gestão partilhada passa a ser competência da Câmara Municipal. Em relação ao volume para as despesas referiu que das contas efetuadas pela Câmara Municipal o défice ronda o montante de 100.000,00€, ou seja, esse valor irá ser suportado pela Câmara Municipal não havendo transferência de verba suficiente para que seja feita esta gestão sem que para isso não seja preciso recorrer ao orçamento municipal. No entanto, informou que a CIM RC na sequência de uma deliberação solicitou a cada Município que elencasse os constrangimentos e situações que entendam que impedem que a transferência de competências possa ser realizada sem que isto constitua um adicional em termos de encargo financeiro para os Municípios, tendo a Câmara Municipal sinalizado e remetido essa mesma informação.----------O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte referiu que estamos perante uma das transferências de competências bastante apregoada nos meios de comunicação social, realçando que de facto o dia 01 de abril é uma data curiosa, mas, pode-se afirmar que esta transferência efetivamente foi concretizada. Referiu que a sua intervenção se consubstancia no facto de se ter vindo a falar, no anterior mandato, de uma dívida existente, por parte da DGEstE, relativa à gestão do imóvel da Residência de Estudantes, pelo que questionou se o valor em dívida está incluído no montante afeto a esta transferência. Referiu ainda, que o documento refere que financeiramente serão transferidos 20.000,00€ para despesas relacionadas com a conservação do edifício questionou se se trata de um valor fixo único. ----------O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação à questão da dívida, várias vezes abordada em sede de Assembleia Municipal, foi pela sua pessoa questionada a senhora Diretora da DGEstE tendo obtido como resposta que perentoriamente não existe qualquer dívida, sendo que lhe irá proceder aos devidos esclarecimentos da não existência dessa mesma dívida. É um facto que

sempre se ouviu dizer que a DGEstE teria essa dívida perante o Município de Góis, porém, esta entidade não reconhece a existência da mesma, pelo que oportunamente será transmitida essa mesma informação à Assembleia Municipal. Sobre os 20.000,00€ referiu que se trata de uma única transferência de valor.----------

---------O senhor Ricardo José Duarte Ventura referiu que relativamente ao contrato de delegação de competências no Agrupamento de Escolas de Góis no âmbito da Educação, a bancada do PS, apoia a celebração do mesmo. Mencionou que efetivamente o que será objeto de sua preocupação é a questão da transferência de competências no âmbito da ação social e da saúde, sendo que os moldes propostos nestes dois domínios não são nada satisfatórios para os Municípios. É um facto que o PS é totalmente a favor da regionalização e da descentralização de poderes e competências, é também importante que o Governo assim o reconheça, no entanto, a forma como está a ser conduzido este processo não é ainda satisfatória. Salientou a relevância do como é que serão feitas estas transferências, sendo que no âmbito da saúde se trata de um assunto que tem gerado bastante revolta nos Municípios da CIM RC. Nesse sentido, é fundamental que o Governo repense os montantes associados e as características destas transferências. No que diz respeito ao documento em apreciação evidenciou que o texto faz referência ao aumento de alunos no A.E.G., i.e., no ano de 2018 frequentaram o ensino público em Góis 112 e no ano letivo em curso há uma frequência de 140 sendo um facto bastante relevante e seria desejável que o aumento das despesas na área da educação fosse sempre causado pelo o aumento do número de alunos.----------

---------O senhor Presidente apesar da análise do assunto em questão não ser na área da saúde e ação social, deu conhecimento que no âmbito da saúde não será alocada verba nas rubricas de serviço de limpeza, desinfeção, arranjos exteriores, vigilância ativa e passiva, tendo sido reduzidas as rubricas de gestão, manutenção e conservação dos equipamentos fixos ao edificado, fornecimento de eletricidade, gás, água e saneamento. As verbas atribuídas a algumas rubricas são manifestamente insuficientes face ao estado de conservação de alguns equipamentos que necessitam de ser substituídos e/ou reparados. Importa ainda referir que no auto de transferência não é identificado nenhum contrato logístico ou identificação e despesa com gás e água. No auto de transferência é identificado o transporte cuja titularidade é transferida para o Município de Góis, mas, não são alocadas verbas para encargos com seguro, via verde, seguro, inspeção periódica. Também não foi contabilizada a transferência verbas relativas ao seguro da unidade de saúde, manutenção dos

sistemas de aquecimento, manutenção de sistemas de proteção de incêndio e extintores, e outras despesas não apresentadas. Relativamente aos recursos humanos serão transferidas para o Município de Góis as verbas que apenas contemplam os vencimentos e encargos obrigatórios de 4 assistentes operacionais. Não há qualquer inclusão dos abonos de famílias, despesas correspondentes aos seguros de acidentes pessoais dos trabalhadores, valor a que o Município está obrigado a pagar ao SNS e ao SRS, por cada trabalhador, das atualizações remuneratórias obrigatórias e pagamento de trabalho suplementar. É ainda de salientar que os direitos dos trabalhadores do Ministério da Saúde diferem dos direitos da Administração Pública, nomeadamente, no gozo de folgas compensatórias. Importa referiu que o inventário dos equipamentos identificados, não médicos, afetos e fixos ao edificado da propriedade da ARSC, cuja a titularidade é transferida para o Município, está desatualizada, e, algum equipamento referido, não está operacional. No Centro de Saúde de Góis foi conferido o inventário dos equipamentos não médicos, não estando conforme o inventário. Todos os equipamentos não médicos relativos à extensão de saúde de Alvares são propriedade da Junta de Freguesia de Alvares, pelo que foi questionada à ARSC se a cedência de equipamentos está contemplada no acordo de cooperação estabelecido entre a ARSC e a Junta de Freguesia. Relativamente ao Centro de Saúde de Góis o direito de superfície não está regularizado pelo que esta situação terá que ser analisada juridicamente. Referiu que estas são só algumas das situações com que estamos a ser confrontados, como tal, o Município de Góis não assinou ao Auto de Transferência, uma vez que feita a monitorização o tudo o que nos foi transferido e dos documentos facultados, o Executivo deliberou não assinar o referido auto. Aliás, a posição tomada vem na sequência de uma deliberação da CIM RC, por parte dos Municípios que ainda não teriam assumido esta transferência de competências.----------

---------Sobre a transferência de competências no âmbito da ação social referiu que o prazo foi prorrogado, cabendo o valores a transferir para eventuais subsídios de 1.893,00€ e 26.000,00€ para encargos com dois Técnicos Superiores. Em termos de despesas do serviço é de 39.000,00€, subsídios eventuais 5.000.00€, viaturas cerca 1.000,00€, instalações cerca de 2.000,00€, equipamento informático 1.550,00€, material de escritório logístico 1.235,00€, ou seja, estimativa do valor anual total de 50.000,00€, pretendo transferir apenas cerca de 22.000,00€.----------

---------Referiu ser este o cenário que temos, não sendo este de todo agradável pelo que aguardamos que haja algum bom senso de quem ter que decidir sobre esta matéria. ----------

---------A senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz agradeceu os esclarecimentos prestados sendo

importante ficarmos esclarecidos naquilo que diz respeito a serviços tão importantes no nosso concelho.----------

---------Sobre o contrato de delegação e competências do Município de Góis no Agrupamento de Escolas de Góis, documento presente para ratificar, uma vez que este já se encontra em vigor, porém solicitou esclarecimento sobre o porquê da ratificação do documento. ----------

---------O senhor Presidente referiu ser do conhecimento de todos que o processo de transferência de competências tem sido um processo atribulado ao longo do tempo, particularmente nesta área que carece de muita informação de ambas as partes, facto que levou a que o referido contrato não fosse elaborado atempadamente. Referiu ser importante que, após o dia 01.04.2022, as referidas competências estivessem na posse da senhora Diretora do Agrupamento de Escolas de Góis. Referiu ainda, que em sede do Executivo informou os senhores Vereadores que iria acontecer esta situação, foi remetido o contrato para a senhora Diretora do A.E.G. para verificar se estaria em conformidade, para que pudesse entrar em vigor no dia 01.04.22, tendo para esse mesmo efeito sido assinado e presente ao Executivo e, posteriormente ratificado pela Assembleia Municipal por ser o órgão com competências para autorização da celebração do documento. Foi este o processo realizado no sentido de a senhora Diretora do A.E.G. tivesse as competências para que a partir do dia 01.04.22 continuar a fazer a gestão por não fazer sentido que houvesse um período gerido pela Câmara Municipal. É um facto que desejaríamos que o contrato tivesse sido realizado atempadamente e quando as competências entrassem em vigor tivessem sido já dados todos estes passos, mas, no fundo, foi esta situação que aconteceu.----------

--------A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar a autorização da celebração do Contrato de Delegação de Competências do Município de Góis no Agrupamento de Escolas de Góis. ----------

---------A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.----------

----------2. MUNICÍPIO DE GÓIS/PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO NO ORDENAMENTO E GESTÃO CINEGÉTICA – Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião a realizada, no passado dia catorze de abril de dois mil e vinte e vinte e dois relativamente ao assunto em epígrafe.----------

---------O senhor Nuno Miguel Almeida Alves referiu que faz todo o sentido delegar algumas

competências em entidades que têm conhecimento dos assuntos. Tal como aconteceu no anterior assunto, também fará sentido o presente protocolo com a Associação de Caçadores e Pescadores do Concelho de Góis pois é a entidade que melhor estará vocacionada para a gestão da área da sua atuação. Neste sentido, felicitou a referida Associação por se associarem ao Município de Góis nestas duas áreas, caça e pesca, porquanto irá ter uma função importante na preservação do meio-ambiente e também das espécies cinegéticas, sendo que também poderá promover ações desportivas, sendo exemplo disso as montarias e outras que possam também contribuir para a divulgação do nosso concelho nesta área.----------

--------A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão fez alusão a que o texto do parcelar se refere a duas localidades onde está sediada a Associação de Caçadores e Pescadores do Concelho de Góis, i.e., Góis e Vila Nova do Ceira, tendo feito a citação, pelo que face ao exposto ficou sem perceber em que freguesia está sediada a referida Associação, assunto que desejava ver esclarecido. Ainda nesta matéria referiu que a Câmara Municipal apoia os munícipes que se dedicam à agricultura de subsistência no que concerne às vedações nos seus cultivos no sentido de estes não sejam danificados por animais "selvagens", como os javalis e corsos, pelo que questionou se será um apoio para continuar a ser prestado pela Autarquia ou se este irá ser da competência da referida Associação. Uma outra questão que lhe apraz colocar é se é intenção da Câmara Municipal contratualizar um Técnico no sentido de exercer funções no âmbito da atividade da pesca e, caso haja essa contratualização se este também não se poderia dedicar à temática da caça. Terminou apresentando a sua apreensão quanto às despesas que a Câmara Municipal acarreta nestas duas áreas, as quais são bastante onerosas, podendo esse mesmo valor se traduzir elevado para a Associação de Caçadores e Pescadores do Concelho de Góis na gestão da zona de caça municipal.----------

---------O senhor Presidente em relação à questão dos apoios é um facto que quem passará a gerir terá que ter, por parte da Câmara Municipal, também um apoio, sendo um facto que quanto à gestão da pesca é também intenção a celebração de um protocolo. Quanto à questão de a gestão da zona de caça ser onerosa referiu que uma boa gestão gera receita, sendo dificuldade do Município de Góis o facto de não ter Técnicos especializados nesta matéria para que se possa efetuar uma boa gestão, sendo que uma associação de carácter privado poderá ter um Técnico a tempo inteiro para que a atividade da caça possa ser rentável. Apresentou como exemplo algumas áreas que são desanexadas para zonas de caça turística em virtude de estas serem bastante rentáveis. Entende que a celebração

deste protocolo faz todo o sentido uma vez que se trata de uma Associação que está vocacionada para a área em questão pelo que irá gerir em conformidade com o que se pretende e também em função da legislação, sendo que as receitas serão para o Município de Góis, porém, serão redistribuídas para a própria gestão desta área. Sobre a sede desta Associação é na freguesia de Vila Nova do Ceira. ----------O senhor Carlos da Conceição Jesus referiu que Góis é um concelho forte na área da apicultura, nomeadamente na União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal, apelando à Associação de Caçadores e Pescadores do Concelho de Góis para que haja um redobrado cuidado para os apiários existentes nessas zonas de caça. ----------A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor e uma abstenção, do senhor Antonino dos Prazeres Antunes, autorizar a celebração do Protocolo de Cooperação no Ordenamento e Gestão Cinegética entre o Município de Góis e a Associação de Caçadores e Pescadores do Concelho de Góis.----------Em conformidade com a alínea c) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo*, i.e., "Quando, por si ou como representantes ou gestores de negócios de outra pessoa, tenham interesse em questão semelhante à que deva ser decidida, ou quando tal situação se verifique em relação a pessoa abrangida pela alínea anterior"*, o senhor António Alberto Figueiredo Machado não participou na votação.----------A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.---------- **-----**

---------3. PRESTAÇÃO DE CONTAS/ANO 2021----------

--------Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião a realizada, no passado dia catorze de abril de dois mil e vinte e vinte e dois relativamente ao assunto em epígrafe. ----------O senhor Nuno Miguel Almeida Alves referiu que à semelhança de outros documentos este também se encontra tecnicamente percetível facilitando a sua leitura e análise. Todavia, mencionou que as suas palavras se consubstanciam pela leitura feita às intervenções realizadas nesta matéria em sede do Executivo porquanto estas fazem um resumo da essência do documento, prendendo-se efetivamente com a existência de um saldo negativo e que assim irá continuar. Nesta matéria referiu que o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues elencou os saldos desde o ano de 2018 até ao ano em causa, sendo que apesar de se tratar de um saldo negativo o montante tem vindo a diminuir, pelo que solicitou ao presente Executivo que na sua gestão inverta esta situação para um saldo

positivo. É um facto que o documento plasma que houve uma execução bastante baixa no que concerne ao PPI, 25%, uma taxa bastante baixa face ao que se prevê no início de cada ano, fazendo também esta referência à execução das GOP's, havendo ainda um vasto plano de intervenções que não foram executadas e daí deparamo-nos com a situação das GOP's não terem atingindo os 50% de execução, situação esta que carece também de ser invertida. Acreditando que o novo Executivo venha a inverter toda esta e outras situações menos positivas de forma a que possamos dar um novo rumo a toda esta situação a bem de todos quantos residem e trabalham no nosso concelho.----------

----------A senhora Aida de Jesus Garcia Martins Baeta Alves referiu que o documento em apreço apresenta-nos uma Câmara Municipal bem gerida, mostrando também que nem sempre tudo correu na perfeição, ou seja, a anterior Presidente da Câmara Municipal estava no limite do mandato, i.e., de saída, e, ao longo do ano, foi-nos mostrando. Mas, para além deste constrangimento, mais de ordem pessoal, do que gestão camarária, houve obra e também muitos pontos positivos. Este documento é o reflexo das características do nosso concelho, de uma câmara maioritariamente dependente de fundos externos, 61% (O.E., Administração Central, Fundos Comunitários), tendo no passado ano havido uma redução no que concerne à taxa dos Fundos Comunitários, cerca de 14%, havendo uma taxa de 47% de despesas fixas com Pessoal. Face a estes valores referiu que levam a que se tenha uma gestão eficaz, mas, ainda mais do que tudo, definir prioridades, tendo sido isso concretizado, essencialmente, em três grandes áreas. Na área da administração geral, em que no ano de 2021 houve um aumento em relação ao ano de 2020 de 64%, sendo exemplo disso a Quinta do Baião, a conclusão do Parque Municipal, a aquisição de materiais para este empreendimento, aquisição e manutenção de equipamento básico (bar do ténis, pavilhão gimnodesportivo, climatização do edifício dos Paços do concelho, entre outros). Na área do turismo é visível no documento em apreço a existência de uma incrementação em relação ao ano de 2020 de 1300%, que foram essencialmente em duas áreas, na promoção da marca "Estou em Góis" e Mupi digital "Dar a conhecer o concelho de Góis". A outra área foi a da transferência entre administrações, refletindo-se no apoio às Freguesias em que houve um acréscimo de 300%, sendo exemplo disso a Freguesia de Vila Nova do Ceira com a investimento nos Passadiços da Candosa. ----------

---------Prosseguiu, referindo que o senhor Presidente na discussão do assunto, em sede do Executivo, elencou um conjunto de investimentos concretizados e iniciados ao longo do ano de 2021 e muito sábia e cautelosamente fez referência aos constrangimentos que levaram à sua não execução, ou seja,

a Pandemia, os valores baixos orçamentados que levaram a que os concursos ficassem desertos, salientando as suas palavras que "*tomara qualquer Presidente de Câmara chegar ao final do exercício e informar que efetuou todas as obras".* Esta posição e enquadramento do documento em apreço, por este Executivo, que com pouco mais de dois meses, contribuiu para este resultado é na sua ótica muito relevante e inteligente, e, acima de tudo, sensato, o que em política nunca é o cerne da questão. Gerir a Câmara Municipal de Góis, ou, mesmo a nossa vida, num cenário de mudança tão dramático e imprevisível vai com certeza nos desafiar a novas abordagens políticas. Mas, o caminho está feito. Este documento apresenta-nos uma excelente base, pelo que, cá estaremos para avaliar se o caminho está a ser construído.----------

---------A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão agradeceu à Técnica Liliana Serra pela elaboração clara e de fácil análise do documento em apreço permitindo a todos ter conhecimento do que o mesmo plasma. ----------

----------No que concerne à análise realizada ao documento e das intervenções realizadas pelos Executivo apraz-lhe lamentar que a União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal não ter sido contemplada com obras significativas, tratando-se de um território bastante carenciado em investimento. Relativamente ao apoio patente no documento para a União das Freguesias apenas consta o valor de cinco mil euros para a beneficiação de arruamentos, valor esse praticado em anteriores anos, realçando que aquando existências de duas freguesias distintas, Cadafaz e do Colmeal, era atribuído o valor de dez mil euros, sendo presentemente a extensão a mesma e o valor atribuído reduzido para metade. Salientou que um outro montante constante do documento é no valor de vinte mil euros, valor esse referente ao IVA relativo à concretização de projetos do âmbito dos incêndios florestais do ano de 2017, referindo neste âmbito trabalhos realizados pela União das Freguesias que, caso não os realizasse, seriam da competência da Câmara Municipal realizar. Referiu ainda, que da análise ao documento, na página sete, no segundo parágrafo é feita a referência *"ainda a redução do montante 459.900,00€ relativo ao ajustamento da rubrica da receita relativa à compensação financeira ano âmbito do protocolo com a APIN (….) receita a que não veio a ser cobrada em 2021, uma vez que na reunião do executivo municipal de 20.05.2021 foi aprovada a extinção das obrigações de pagamentos de compensação financeira emergentes do protocolo e que lhes são devidas pela APIN para efeito de substituição de obrigações de realização de investimentos".* No entanto, como foi uma situação que teve o cuidado de acompanhar, consultada a ata de 20.05.2021, e o valor patente nesta

matéria, são de 392.050,00€, sendo que consultadas as restantes atas o valor de 459.900,00€ não consta nestas. Face ao exposto, solicitou esclarecimentos sobre o valor em questão. ----------O senhor Presidente sobre a questão apresentada solicitou à Técnica Liliana Serra que procedesse aos devidos esclarecimentos.----------Dada a palavra a Técnica Liliana Serra referiu que o valor faturado à APIN pelo Município de Góis é de 459.900,00€, sendo que o valor de 392.050,00€, presente ao Executivo em 20.05.2021, foi no âmbito de documento remetido pela APIN, não tendo o mesmo sido objeto de análise técnica, pelo que tinha diferenças no que concerne ao valor apurado pelo Município de Góis. Referiu a diferença existente na parte da compensação financeira, na componente fixa, o valor referido em sede do Executivo não continha a parte do IVA, existindo também uma diferença na componente variável da compensação financeira respeitante ao valor pago relativo a remuneração com recursos humanos, sendo que a APIN não considerava o valor total faturado pelo Município de Góis. São estas as justificações das diferenças, sendo que efetivamente o valor presente ao Executivo foi apenas o que foi transmitido pela empresa intermunicipal e não validado pelos serviços financeiros da Câmara Municipal, uma vez se tivesse sido o montante seria de 459.900,00€, valor creditado no ano de 2021.----------O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte referiu que estamos num órgão político pelo que é somente nesta qualidade que devemos intervir. É evidente que, no ponto de vista técnico, se houver alguma situação que venha a alterar a nossa opinião política, devemo-nos pronunciar. Porém, o documento em apreço é sobretudo um documento que carece de uma análise política pelo facto de este ser o resultado de um ano político, realçando que apesar deste ser elaborado por Técnicos competentes para esse mesmo efeito, estes não são responsáveis pelos resultados patentes no documento, refletindo este o trabalho dos dirigentes políticos, sendo estes eleitos pelo povo no sentido de fazerem o melhor possível pelo o seu território. De facto, as decisões e tudo aquilo que acontece é da responsabilidade dos políticos, dos eleitos, pelo que é nesse sentido que irá intervir. Referiu que foram apresentados alguns argumentos, como a pandemia, para apresentação do resultado em causa, lembrando que o maior investimento no concelho de Góis no período da pandemia foi efetivamente a Praia Fluvial do Sinhel, na ordem dos 400.000.00€, não tendo sido a pandemia que impediu de fazer o maior investimento no concelho de Góis. Referiu ser uma realidade a existência de um montante financeiro que transitou de 2021 para 2022 que a todos nós nos surpreende e deve efetivamente ser questionando do porquê. É uma realidade que é sabido que não

se realizam todas as obras que são propostas anualmente, sendo também sabido a existência de vicissitudes ao longo do ano, salientando que as suas palavras refletem a freguesia que preside e também não executou 100% no que previu investir. Porém, também são realizados outros trabalhos que também não estariam previstos sendo que no final do ano é feito o balanço. Do balanço feito ao documento em apreço o mesmo traduz-se não ser favorável para o nosso território. Acrescentou que quando este plasma que a transferência realizada para uma Freguesia é no valor de cinco mil euros, a qual tem 36 lugares habitados, numa extensão de 38% do território e ainda tem alguma população, pelo que entende que, provavelmente, alguma coisa terá corrido menos bem, a não ser que essa Junta de Freguesia ainda fosse pior e não conseguisse gerir dez ou quinze mil euros. Pelo que se tem havido uma decisão política dos responsáveis do nosso concelho de apoiar determinados projetos isso teria acontecido. A Junta de Freguesia de Alvares durante o ano de 2021 investiu dez mil euros em muros da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal, ou sejam, tratam-se de muros particulares demolidos por linhas de água fruto da má gestão dos projetos dos incêndios dos 2017 tendo havido uma má condução, por todos vista, menos a dona da obra, a Câmara Municipal. Pelo que entende que devemos refletir sobre a gestão do "bolo" que temos para que chegarmos ao fim do ano para afirmarmos que conseguimos investir. A Câmara Municipal é uma estrutura bem assente no território, estando assente no território das freguesias, ou seja, não existe o concelho sem freguesias. Pelo que nesta matéria devemos refletir no presente documento para tomada de decisão de aprovação ou não. ----------Ainda sobre o documento, referiu que na página 3, na parte final do terceiro parágrafo, este refere *"pagamento final do projeto relativa à conceção da solução arquitetónica para a construção de bar, restaurante, arranjos exteriores, ponte pedonal, e apoios para a praia fluvial de Alvares (…) conclusão das intervenções relacionadas com construção (…)",* sendo que quando este refere à conclusão das intervenções apraz-lhe afirmar que existem trabalhos neste espaço de lazer que necessitam de conclusão, pelo que questionou se já se efetuou o pagamento e esta obra ainda não se encontra acabada. ----------

--------O senhor Presidente referiu compreender a intervenção do senhor Victor Manuel Fonseca Duarte. Salientou que a atual gestão, no ano transacto, foi cerca de dois meses e alguns dias, sendo que também o senhor Victor Manuel Fonseca Duarte, exerceu funções de Secretário do GAP, no anterior mandato, e poderia ter exercido a sua magistratura de influência para alterar, positivamente, aquilo que hoje é apresentado, porquanto teve oportunidade para isso. ----------

---------Relativamente à empreitada da Praia Fluvial de Alvares referiu que a obra ainda não está definitivamente entregue, pelo que oportunamente prestará informação sobre a sua conclusão.--------O senhor Ricardo José Duarte Ventura referiu estar perante um documento tecnicamente bem elaborado, bastante extenso, felicitando a Equipa Técnica pela elaboração deste. De seguida, fez alusão ao resultado líquido do ano de 2021, o qual, apesar de ser ainda negativo, diminuiu tendo em conta o do ano de 2020. O presente resultado mostra que houve uma tendência claramente positiva. Salientou ainda, que a dívida a terceiros diminui em cerca de 21%. É motivo de apreensão as obras que não se realizaram, sendo exemplo disso a E.B.1 e jardim de infância de Vila Nova do Ceira, a revisão do PDM, a recuperação da Casa-Museu Alice Sande, as obras dos projetos vencedores dos Orçamentos Participativos, entre outras. Da informação constante no parcelar da Câmara Municipal é-nos informado que algumas obras estão em curso, ou em fase de conclusão e/ou concluídas, exemplificando o início da empreitada do Largo da Cabreira e os trabalhos já efetuados no piso da Av. Padre António Dinis. Mencionou que, provavelmente, haverá fundamentação para que algumas destas obras não tenham sido realizadas. É um facto que para o ano em curso transitaram cerca de 2.500.000,00€, valor esse que deveria ter sido investido em obra no sentido de colmatar algumas necessidades prementes do concelho. Contudo, referiu que não foi somente por causa da pandemia que as empreitadas não se realizaram, sendo exemplo disso o fenómeno que ultimamente tem ocorrido no que respeita a concursos públicos, muitos destes são lançados e ficam desertos, sendo uma preocupação comum a muitos municípios e também da CIM RC, fruto do aumento dos valores das matérias primas face ao período económico que vivemos no âmbito da guerra que se vive. Terminou, referindo que estamos perante um documento que se refere à gestão de dois diferentes Executivos, cujo o período maioritário foi na gestão do PS, sendo posição dos membros da bancada do PS votar favoravelmente o mesmo. ----------

---------O senhor José Carlos Rodrigues Garcia referiu que tanto na vida autárquica, como profissional e pessoal quando fazemos gestão dos fundos é de todo importante que consigamos ter um saldo positivo, mas, por vezes, é natural que também tenhamos um saldo negativo, derivado de diversos factores, muitas das vezes, com os quais não contávamos. É um facto que o saldo do ano de 2021 é negativo à semelhança de anos anteriores, sendo o valor menos negativo, sendo também um facto que o atual Executivo não teve grande influência nestes resultados. Referiu que quando num Município cerca de 44% do seu orçamento é para vencimentos, acrescendo a este valor um significado montante

para despesas correntes, efetivamente não sobejará muito do orçamento municipal para investimentos. Muitas vezes é dito que os orçamentos são empolados para que se possa vir a investir em obra, todavia, o desfecho que têm é que obra não se faz por não haver montante suficiente para as realizar. Referiu a existência de muitos projetos que ficam no caminho, em virtude da alteração surpreendente dos preços orçamentados e daí a que muitos investimentos não se realizem, sendo presentemente o que se tem verificado, sendo exemplo disso a guerra em que ao sancionarem um país quem está pagar são muitos países, facto que em nada contribuiu para o seu desenvolvimento económico e, consequentemente a produção de feitos, entendendo que quando se tomam decisões de guerra deverá ser também pensado que há terceiros que irão também sofrer sem terem dado qualquer contributo para essa mesma situação. Perante estes factos, referiu que, mais uma vez, o interior está no epicentro disto, uma vez que não havendo dinheiro não se pode investir, realçando também a situação em todo este processo de transferências de competências as quais não vêm acompanhadas de um pacote financeiro relativo às despesas destas o que em nada abona quem tem que gerir um orçamento municipal. Quanto à parte política cabe a quem gere definir as prioridades de investimento, sendo opinião de cada um que ao invés de se fazer uma obra dever-se-ia fazer uma outra, sendo sua posição que se deveria ter priorizado a requalificação da E.B.1 e jardim de infância de Vila Nova do Ceira, sendo que outros, com certeza, que escolheriam outras obras. Referiu que se tem de trabalhar para que no próximo ano se consiga reverter os números negativos apresentados. Mais referiu que no ativo corrente, no Balanço, na rubrica devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis há uma importância de 2020 de 601.978,00€ e em 2021 há um decréscimo de 181.000,00€ questionando a que se refere estes valores. ----------

--------O senhor Presidente em relação aos investimentos realizados e não realizados referiu que no que concerne a este último, ou seja, à E.B. 1 de Vila Nova do Ceira e Jardim de Infância foi lançado procedimento concursal no valor de 800.000,00€ tendo este ficado deserto. Trata-se de um processo que se arrasta há alguns anos, o qual tem fundos comunitários alocados, no valor de 400.000,00€, cujo prazo de execução termina em junho de 2023. Mais referiu que ter-se-á que tomar uma posição sobre este investimento, porquanto este tal como está, e com os valores associados, terá que se verificar se há a possibilidade de o executar até ao final do prazo, sendo que ao não se executar dentro do prazo corremos o risco de perder o financiamento de 400.000,00€, valor bastante avultado para o Município de Góis. Contudo, poderemos equacionar uma outra solução para este, nomeadamente, apresentar

uma candidatura ao Portugal 2030. Em relação à última questão solicitou à Técnica Liliana serra os devidos esclarecimentos. ----------

---------Dada a palavra a Técnica Liliana Serra sobre a rubrica devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis referiu que quando a Câmara Municipal tem a receber a receita de fundos comunitários existem condições para serem registadas contabilisticamente. Quando a condição do cumprimento de ser reembolsável ou ainda não está cumprida, ou seja, exemplificou que quando uma determinada obra com financiamento comunitário ainda não está concluída é registada nesta conta, pelo que quando a obra está concluída é registada no património é transferida desta conta para uma conta de capital. ----------

---------A senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz agradeceu a intervenções dos intervenientes tendo colocado o documento à votação.----------

---------A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com doze votos a favor, dos elementos Aida de Jesus Garcia Martins Baeta Alves, Ricardo José Duarte Ventura, Nuno Pedro Tavares do Nascimento, Nuno Miguel Almeida Alves, Filomena Maria de Matos Geraldes, José Ricardo Rosa de Carvalho, Luís Virgílio de Abreu Afonso, Dulce Maria Filipe Cruz, João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta, Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira, António Alberto Figueiredo Machado, Adriana Flávia Amaro Martins Sanches, e sete abstenções, dos elementos Maria Helena Antunes Barata Moniz, José Carlos Rodrigues Garcia, Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão, Victor Manuel Fonseca Duarte, Carlos da Conceição Jesus, Antonino dos Prazeres Antunes, aprovar a Prestação de Contas/Ano 2021.----------

--------A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.----------

--------O senhor Nuno Miguel Almeida Alves informou que, por motivos profissionais, teria que se ausentar da presente sessão, comunicando que a senha da próxima sessão será oferecida ao jornal "O Varzeense", em virtude de presentemente não ter direito à mesma pelo facto de se ter que ausentar antes do termino desta sessão.----------

---------4. RELATÓRIO E PARECER DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS/ANO 2021 – Foi presente o relatório e parecer do órgão de fiscalização e certificação legal de contas/ano 2021, apresentado por Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.----------

---------A Assembleia Municipal tomou conhecimento.----------

--------A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.----------

---------5. RELATÓRIO DA ATIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL----------

--------A senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz indagou, se sobre este Relatório, pretendiam os membros desta Assembleia alguns esclarecimentos.----------

---------O senhor Presidente referiu que preparou uma apresentação relativa à atividade do Executivo desde o princípio do presente mandato, tendo de seguida feito essa mesma apresentação, a qual contemplou todas as áreas de intervenção da competência da Câmara Municipal. ----------

---------A Assembleia Municipal tomou conhecimento.----------

--------APROVAÇÕES EM MINUTA: ----------

--------Foram aprovadas em minuta para efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as deliberações respeitantes aos pontos de um antes da Ordem do dia e um, dois, três e quatro da Ordem do Dia. ----------

--------PÚBLICO: Não houve intervenções por parte do público presente.----------

--------E não havendo mais assuntos a tratar, a senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz encerrou a sessão, pelas vinte e duas horas e quinze minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata que irá ser assinada pela senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz, Primeira Secretária eleita pela Assembleia Municipal, tendo presidido a sessão em regime de substituição, e pela senhora Aida de Jesus Garcia Martins Baeta, Segunda Secretária eleita pela Assembleia Municipal, e pelo senhor João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta, membro da Bancada do PSD que integrou a mesa na presente reunião.----------

A Primeira Secretária

_____

(Maria Helena Antunes Barata Moniz)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Segunda Secretária

_____

(Aida de Jesus Garcia Martins Baeta)

Membro da Bancada do PSD

_____

(João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta)